

História Oral da Polícia Judiciária: vidas e carreiras no final e pós Estado Novo

Relatório de Estágio de Mestrado em Antropologia – Temas Contemporâneos

Setembro de 2018

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Margarida Fernandes com coorientação da Doutora Leonor Sá

*Este trabalho é dedicado ao meu pai e padrinhos que,
apesar de já não se encontrarem entre nós,
quereriam que esta etapa fosse concluída.*

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora de Mestrado, Professora Doutora Margarida Fernandes, não só por ter aceite o meu convite para orientar o meu Relatório de Estágio, mas também por todo o apoio que me deu antes e no decorrer do mesmo. Foi uma ajuda fundamental para que este trabalho ficasse concluído. Depois gostaria de agradecer à Conservadora do Museu de Polícia Judiciária e minha orientadora dentro da instituição de acolhimento, Doutora Leonor Sá, não só por ter aceite o meu estágio no museu, como também pela excelente proposta que me fez de trabalhar com o “Projeto de História Oral” e todo o apoio que me deu ao longo do meu período de estágio.

Um agradecimento também à responsável da biblioteca da Escola de Polícia Judiciária, Doutora Teresa Castro, e ao responsável pelo Centro de Documentação e Arquivo Geral da Polícia Judiciária, Doutor Nuno Correia Silva, por toda a disponibilidade demonstrada na facultação de materiais essenciais para a escrita deste relatório.

Queria também deixar um agradecimento a todos os aposentados que participaram no “Projeto de História Oral”, cuja colaboração neste projeto foi essencial para a concretização deste relatório.

Para finalizar, um agradecimento muito especial e sentido à minha família e à minha namorada, por todo o apoio que me deram ao longo destes 2 anos de Mestrado. Foram 2 anos cheios de peripécias, de altos e baixos, de momentos de frustração e de alegria, mas que, mesmo contra todas as adversidades, nunca me deixaram baixar a cabeça e desistir dos meus objetivos.

Um Muito Obrigado a TODOS!

História Oral da Polícia Judiciária: vidas e carreiras no final e pós Estado Novo

Helder Monteiro do Vale

Resumo

Este Relatório de Estágio tem como principal objetivo compreender as vidas e as carreiras dos investigadores da Polícia Judiciária antes e após o Estado Novo, através de entrevistas gravadas no âmbito do “Projeto de História Oral” do Museu de Polícia Judiciária. Irá ser contextualizado o nascimento da investigação criminal em Portugal, assim como o caminho percorrido desde o século XIX até chegarmos à contemporaneidade e à formação da Polícia Judiciária. Tendo em conta que o Estado Novo tem um papel preponderante na dimensão teórica deste trabalho, será também contextualizada a história da polícia política, passando pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado que tem aqui uma relevância importante, até chegarmos à sua designação final, a Direção Geral de Segurança, e quais as relações que a polícia de investigação criminal tinha com a polícia política. Para além destas temáticas, também será abordada a perspetiva da organização judiciária e a relação entre a Polícia Judiciária e o Ministério Público.

Palavras-Chave: Polícia Judiciária, Estado Novo, PIDE, memória, esquecimento

Abstract

The purpose of this Internship Report is to understand the lives and careers of the Judiciary Police investigators before and after Estado Novo, through interviews recorded in the context of the "Oral History Project" of the Judiciary Police Museum. The birth of the criminal investigation in Portugal will be contextualized, as will the path traveled since the 19th century until we reach contemporaneity and the formation of the Judiciary Police. Taking into account that the Estado Novo has a preponderant role in the theoretical dimension of this work, it will also be contextualized the history of the political police, including the International and State Defense Police that has here an important relevance, until we arrive at its final designation, the General Directorate of Security, and the relations that the criminal investigation police had with the political police. Adding to these themes, the perspective of the judicial organization and the relationship between the Judiciary Police and the Public Prosecutor's Office will also be addressed.

Keywords: Judiciary Police, Estado Novo, PIDE, memory, oblivion

Índice

Introdução	1
Caracterização da instituição de acolhimento: Museu de Polícia Judiciária	4
História da Investigação Criminal – Desde a Polícia Civil (1867) até à Polícia Judiciária (1945)	6
As relações entre a polícia de investigação criminal e a polícia política	18
Perspetiva sobre a evolução da polícia e da organização judiciária	25
Metodologia.....	33
Análise das entrevistas.....	36
Conclusão	46
Bibliografia.....	50
Anexos	51

Introdução

A elaboração deste Relatório de Estágio está inserido no âmbito do Curso de Mestrado em Antropologia, com especialização em Temas Contemporâneos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e teve a sua componente prática realizada no Museu de Polícia Judiciária (MPJ), sedado na Escola de Polícia Judiciária (EPJ).

O tema a ser trabalhado foi sugerido pela conservadora do MPJ, Doutora Leonor Sá, e está inserido no Projeto de História Oral criado pelo MPJ, sendo que o objetivo principal é a realização de um estudo sobre a história oral da Polícia Judiciária (PJ), através de 24 entrevistas, gravadas em vídeo, a aposentados da PJ que cumpriram serviço durante o Estado Novo e após o seu término. É necessário salientar que nem todas as entrevistas foram realizadas a ex-agentes, sendo que há outros entrevistados que tiveram funções diferentes dentro da instituição.

Dentro do grande objetivo explanado anteriormente, que está diretamente relacionado com a história oral da PJ, outros objetivos irão ser pretendidos alcançar até ao término deste relatório, sendo estes:

- Cruzar as diversas entrevistas gravadas, por forma a perceber em que pontos se aproximam e em que pontos se distanciam;
- Criar uma ponte sobre a forma como a polícia política e a polícia de investigação criminal se relacionavam e atuavam, incluindo a sobreposição de funções e áreas de atuação destas forças de segurança;
- Perceber as relações institucionais estabelecidas entre a Polícia de Investigação Criminal (PIC) – e posteriormente a PJ – com o Estado Novo, a relação que esta instituição tinha com os juízes e o Ministério Público, e a forma como estes agentes se davam com os agentes da PVDE/PIDE/DGS.

Sendo este um projeto que foi realizado na vertente museológica da Polícia Judiciária, tendo já sido realizadas, pelo MPJ, as entrevistas que trabalhei ao longo do meu período de estágio, e tendo em conta que a sua base é a história oral, é importante

perceber que esta metodologia foi o canal escolhido pelo museu para a triagem de informação e posterior catalogação pois, comparando as entrevistas realizadas com a bibliografia disponível, é possível compreendermos o passado e interpretar as memórias das pessoas no presente, à luz do que estão dispostas a contar ou não. Como Lynn Abrams nos diz, numa perspectiva histórica:

“Oral history is much more than just another means of uncovering facts about the past. It is a creative, interactive methodology that forces us to get to grips with many layers of meaning and interpretation contained within people’s memories. It is the combination of oral history as an interactive process (the doing), and the engagement of the historian with the meanings that people ascribe to the past (the interpretation), that marks it out as a peculiar historical practice.” (Abrams, 2010: 18).

Percebemos então que a história oral foi aqui escolhida como uma metodologia, no sentido em que faz ponte entre a teoria e a prática, ao estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho – como por exemplo o tipo de entrevista e a sua implicação para a pesquisa –, e também a podemos ver como uma técnica, pois as transcrições das entrevistas irão permitir criar e organizar um acervo.

Posto isto, não podemos deixar de falar de história oral sem falarmos de memória, pois a história oral está voltada para o passado, produzindo memórias dos vestígios encontrados no presente. Não só as próprias entrevistas são uma memória oral e, neste caso, coletiva do passado, como a sua transcrição ou balizamento em certas temáticas, permite realizar uma análise dos discursos produzidos.

Neste campo da memória, interessa-me não só o facto de as memórias serem um produto da recordação, mas também o *esquecimento* é aqui importante, no sentido em que será interessante perceber se no decorrer das entrevistas, os intervenientes responderão a todas as questões que lhes foram colocadas e de que forma “fugiram” ou se “esqueceram” - tendo em conta que a memória é seletiva e subjetiva - das questões que poderão ter teor mais sensível. É neste sentido que Maurice Halbwachs (1990) irá ser um autor de referência, não só pelos seus estudos sobre a memória coletiva, mas também as suas advertências sobre a memória individual. Halbwachs diz-nos que:

“Acontece, com efeito, que uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente os fatos ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituir todas a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro das circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo.” (Halbwachs, 1990:27).

Tendo em conta os objetivos acima descritos, o Estado Novo terá um peso e uma dimensão bastante privilegiada no decorrer deste relatório, isto porque se trata de uma época marcante, com modificações profundas ao nível das forças de segurança do país, algo que irá ser comprovado mais à frente, recorrendo à diversa legislação referente a estas alterações.

Assim sendo, será pertinente falar da organização histórica no sentido mais cronológico do termo. Alerta-nos Artur Pereira e Nuno Silva (2012), na introdução do seu texto, para a criação da polícia de investigação criminal que terá sofrido várias transformações desde os finais do século XIX, até perto dos meados do século XX. A formação da Polícia de Investigação Criminal (PIC) - a primeira polícia de investigação criminal em Portugal na verdadeira assunção da palavra -, gera uma grande controvérsia entre os investigadores para a data da sua criação, mas já no que concerne à data de formação da Polícia Judiciária como a conhecemos hoje, os autores dizem-nos que não há qualquer confusão pois esta foi instituída enquanto tal “(...) em 1945, pelo Decreto-Lei n.º 35.042, de 20 de Outubro, no âmbito de uma reestruturação geral da polícia em Portugal.” (Pereira e Silva, 2012:12).

No seguimento desta organização histórica, será pertinente falar do surgimento da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) que, posteriormente, obteve a designação de Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE) e, poucos anos antes da Revolução de 25 de Abril de 1974, passou a chamar-se Direção-Geral de Segurança (DGS), extinguindo-se nesse ano. Toda a história da evolução da PVDE até à DGS, explicada por Irene Pimentel (2011), assim como toda a história da evolução da PIC até à PJ e as relações com a polícia política, explicada por Leonor Sá (2012), são bastante relevantes não só para perceber quais as relações que existiam entre estas duas instituições – polícia política e polícia de investigação criminal –, como também para perceber a autoridade que estava incumbida a cada uma delas e como é que essa autoridade era bastas vezes ultrapassada e excedida por parte da polícia política.

No seguimento desta organização cronológica, recorrerei, por fim, a Lourenço Martins (2004), que nos dá uma perspectiva sobre a evolução da polícia e da organização judiciária após a Revolução de 25 de Abril de 1974 até aos anos 2000, assim como a relação da PJ com o Ministério Público e com o Ministério da Justiça.

Caracterização da instituição de acolhimento: Museu de Polícia Judiciária

O Museu de Polícia Judiciária (MPJ) está situado na Quinta do Bom Sucesso, Barro, 2670-345 Loures. Apesar do seu espólio estar a ser transferido para as instalações da Polícia Judiciária, na Rua Gomes Freire, em Lisboa, o museu continua a estar sedado na Escola de Polícia Judiciária (EPJ), com o qual partilha as instalações.

Segundo o Decreto-Lei nº 42/2009, de 12 de Fevereiro, a EPJ tem, de entre outras funções, a competência de “organizar e administrar o museu da PJ, assegurando a recolha, conservação, estudo e divulgação dos objetos que possuam interesse criminalístico, histórico, documental e museológico existentes na PJ e dos apreendidos que venham a ser declarados perdidos a favor do Estado.”

No que concerne às coleções que o MPJ possui, as recolhas nacionais que foram realizadas ao longo do tempo, permitiram que o seu espólio se tornasse muito significativo e heterogéneo, sendo que as suas coleções são divididas em 3 setores principais:

- O Núcleo Central, que contém cerca de 5500 objetos, divididos em 2 secções:
 - **Equipamento policial** obsoleto e ligado à história da investigação criminal;
 - **Material criminal** apreendido ao longo do trabalho policial: armaria, pintura, moeda falsa, testemunhos de *modus operandi* criminais específicos, material ligado a crimes famosos, arte sacra furtada de origem não identificada, etc. Período abrangido: do princípio do século até aos nossos dias.
- Arquivo Histórico Fotográfico: cerca de 30000 imagens fotográficas, maioritariamente negativos em vidro. Período abrangido: 1ª metade do séc. XX.
- Arquivo Histórico Documental: fundo documental com 250 metros lineares, dividido em duas secções e 17 séries. Período abrangido: finais do séc. XIX e 1ª

metade do séc. XX. Este arquivo já transitou para a Gomes Freire e pode ser consultado no Centro de Documentação da PJ.

Relativamente aos objetivos que o MPJ tem, estes focam-se em 5 pontos distintos:

- Recolher, conservar, estudar e divulgar, a nível nacional, testemunhos da história da “Polícia Judiciária” e, antes de 1945, da “Polícia de Investigação Criminal”;
- Reforçar a ligação entre a Polícia Judiciária e a Comunidade mediante ações de prevenção criminal e à abertura de setores dos seus arquivos à investigação científica e ao público em geral;
- Perspetivar os avanços científicos e tecnológicos em áreas como a identificação judiciária e criminal, contextualizando-as no quadro evolutivo do Sistema de Justiça Criminal Português;
- Tratar a temática criminal numa perspetiva histórica e científica e aproveitar o seu potencial lúdico e interativo, possibilitando a abertura ao público em geral, incluindo o infantil, com exceção de uma área reservada a Operadores do Sistema de Justiça Criminal;
- Contribuir para o reforço da imagem interna e externa da instituição.

Finalizando, têm como função social a prevenção criminal e para além do “Projeto de História Oral” com o qual trabalhei diretamente, colocam em prática a sua função social através dos projetos: “Igreja Segura, Igreja Aberta”¹ e o “Projeto SOS Azulejo”. O projeto “Igreja Segura, Igreja Aberta”, é um projeto que visa o combate ao roubo de arte sacra em igrejas portuguesas, para venda ilícita nos mercados internacionais. Já o “Projeto SOS Azulejo”, é um projeto bastante importante e que tem dado bons resultados desde que foi iniciado. Trata-se de um projeto que nasceu da necessidade de combater a grave delapidação do património azulejar português sobretudo devido ao furto, mas também ao vandalismo e à incúria. Neste sentido, o “Projeto SOS Azulejo” visa um alargamento multidisciplinar no que concerne à prevenção criminal, englobando a valorização e conservação preventiva do património cultural azulejar português. Este projeto conta também com um livro *O Túnel da Cor*,

¹ <http://www.igrejasegura.com.pt> (acedido em 25/9/2018)

que é baseado na recuperação de um túnel rodoviário com azulejos pintados por diversas pessoas, na sua maioria crianças, em colaboração com a Câmara Municipal de Vizela. Por sua vez, esta iniciativa em Vizela, levou a que fosse a vencedora do “Prémio SOS Azulejo 2010”, no qual a Confraria de S. Bento das Peras - autora desta iniciativa - foi distinguida com o “Prémio Ação Comunitária”.

História da Investigação Criminal – Desde a Polícia Civil (1867) até à Polícia Judiciária (1945)

A Polícia Judiciária (PJ) nem sempre foi conhecida por este nome. Esta designação surge em 1945, pelo Decreto-Lei nº 35.042, de 20 de Outubro, no seguimento de uma reestruturação geral da polícia em Portugal.

A força policial antecessora à PJ era a Polícia de Investigação Criminal (PIC), contudo, a PIC não tem uma data específica para o seu surgimento, o que ainda hoje levanta imensas controvérsias entre os investigadores. Isto deve-se ao facto de haver uma confusão semântica provocada pela Polícia de Investigação Criminal enquanto *instituição* e pela polícia de investigação criminal como *função*, que terá sido desempenhada por diversas instituições/repartições/secções ao longo dos séculos XIX e XX.

❖ Investigação Criminal na Monarquia – Criação da Polícia Civil

Neste sentido, e com base no que Pereira e Silva (2012) nos dizem, a história remete-nos ao aparecimento da primeira instituição policial devidamente estruturada, a Polícia Civil (PC), em 1867. A PC surgiu, “[p]ela Carta de Lei de 2 de Julho de 1867, outorgada pelo rei D. Luís, *«é o Governo autorizado a criar em cada uma das cidades de Lisboa e Porto um corpo de polícia imediatamente subordinado ao governo do distrito, que será denominado corpo de polícia civil».*” (Pereira e Silva, 2012:14, *itálicos no original*). Esta polícia surgiu no âmbito de um conjunto de reformas de modernização do país, muito à semelhança do que tinha acontecido noutros países europeus, mas não dispunha de nenhuma unidade funcional e orgânica a nível nacional. Tendo um corpo profissional inteiramente civil, foi criada com o intuito de atuar sob as novas clivagens sociais e sob as novas formas de criminalidade e delinquência, principalmente nos meios urbanos de Lisboa e Porto. Anterior a esta, só é conhecida a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, mandada criar pelo Conde de Oeiras, mais tarde Marquês do Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, em 26 de Junho de

1760. Esta Intendência seria a primeira organização criada com o fim de desempenhar funções policiais em Portugal, possuindo já alguns contornos relativamente modernos, mas estaria longe da criação de uma instituição policial devidamente estruturada e focada na investigação criminal.

Relativamente à organização da PC, esta era a seguinte:

“um comissário geral², nomeado pelo Governo e sujeito diretamente ao governador civil do distrito, superintende em cada um dos Corpos das referidas cidades. Para efeitos policiais são criadas tantas divisões quantos os bairros de cada cidade; cada divisão terá o número de esquadras que forem reputadas necessárias e estas subdividem-se em secções (Cf. Fonseca, 1924). Hierarquicamente, abaixo do comissário geral (que só existia em Lisboa e no Porto), havia o comissário de divisão ou de bairro, os chefes de polícia, os cabos e os guardas na base da pirâmide hierárquica.” (Pereira e Silva, 2012:14).

Segundo Pereira e Silva (2012), a PC é já uma polícia devidamente estruturada comparativamente ao modelo anterior, contudo, a função de investigação criminal é ainda muito embrionária, não tendo a devida automatização e especialização. Isto deve-se ao facto de os comissários de polícia terem funções de *agentes de polícia administrativa*, ou seja, polícia geral e municipal, funções de *oficiais de polícia judicial*, neste caso focados na investigação, e ainda funções de *oficiais de polícia correcional*. Neste sentido, enquanto *agentes de polícia administrativa* tinham como funções a manutenção da ordem pública, a fiscalização de armas e estrangeiros, a inspeção e fiscalização de estabelecimentos, policiar a vadiagem e a mendicidade, aplicar coimas e multas, etc., e no que diz respeito às funções de *oficiais de polícia judicial*, e segundo a nota de rodapé do texto de Pereira e Silva (2012), “[Os] *oficiais de polícia judicial têm a seu cargo descobrir os crimes ou delitos e as contravenções, coligir as provas e entregar os criminosos aos tribunais.*” (Pereira e Silva, 2012:15, itálicos no original).

❖ Automatização da investigação criminal e as reformas de 1893, 1896 e 1898

Segundo Pereira e Silva (2012), apesar da PC ter sido regulamentada através do Decreto de 14 de Dezembro de 1867, só em 1893, através do Decreto de 28 de Agosto,

² O comissário geral seria, no mínimo, um bacharel em Direito, mas as suas investigações não teriam força de corpo de delito perante os tribunais, situação que veio a acontecer mais tarde com os diretores da polícia de investigação.

é que houve uma devida separação das diversas funções, tendo sido levada a cabo uma reforma estrutural dos serviços da Polícia Civil. Esta reforma teve como principal mote o facto de os comissários de polícia não terem especial competência para exercer as funções que lhes foram atribuídas, dado que havia uma centralização de funções nos mesmos, isto porque todas as funções de investigação criminal, segurança pública, administração, etc., eram atribuídas ao mesmo comissário, o que os deixava sem competência para exercer nenhuma delas, aliado ao facto de não possuírem formação específica para cada função.

Pereira e Silva (2012) dizem-nos, citando Macieira (1913), que devido à complexidade das funções exercidas pelos comissários de polícia, no que concerne aos três ramos³ policiais – *segurança pública*, *inspeção administrativa* e *investigação criminal* – havia uma fraca automatização nas funções exercidas, que se fazia sentir ao nível:

- Da subtração da investigação criminal à influência da administração (teriam que remeter ao governo e ao reino todas as ocorrências que eram registadas, o que comprometia o sigilo da investigação e a independência de poderes);
- Da separação da entidade julgadora e da entidade investigadora (para que houvesse uma separação de poderes e da garantia de direitos fundamentais do cidadão, foi criado o Ministério Público que detinha o exercício da investigação criminal e a quem passou a competir o exercício da ação penal);
- Da dependência, em termos organizacionais, em relação ao poder político (os comissários gerais de polícia, os comissários de divisão, os escrivães e os amanuenses dos comissariados eram cargos de nomeação régia, contudo, o governador civil poderia recomendar ao governo a ocupação destes cargos a fim de serem recompensados, entre outras, com prémios pecuniários ou promoções – as suas funções, neste campo, apenas eram de nomear chefes de esquadra, cabos e guardas);

Em termos operacionais, os guardas da PC andavam uniformizados, exceto quando estavam de licença ou quando fosse necessário andarem à paisana, no âmbito de

³ Na altura, os 3 ramos mencionados, eram conhecidos como “Repartições”.

uma investigação que exigisse um grau de confidencialidade mais elevado, algo que tinha que ser autorizado pelos comissários.

Como referido anteriormente, na cidade de Lisboa, a distribuição dos serviços policiais, dentro da Polícia Civil, passaram a ter três ramos especializados: a *segurança pública*, a *inspeção administrativa* e a *investigação judiciária e preventiva*. Cada um destes três ramos teria uma direção e organização própria, embora se continuassem a auxiliar e a colaborar reciprocamente.

Pereira e Silva (2012), citando Fonseca (1924), dizem-nos que esta reforma permitiria que cada ramo se especializasse na sua área, descentralizando as funções dos comissários de polícia que não faziam um trabalho correto e efetivo devido ao acumular de funções. Quis-se também com isto que os governadores civis, embora tivessem que fiscalizar os serviços que foram criados, reduzissem a sua intervenção na organização e funcionamento das repartições policíacas. Foram concedidos mais poderes e autonomia aos chefes respetivos de cada ramo criado e os governadores civis foram afastados, o quanto possível, da gestão direta destes ramos, principalmente devido ao facto de os seus cargos serem essencialmente políticos.

Desta forma, e segundo preâmbulo do Decreto de 28 de Agosto de 1893, o principal objetivo seria o de entregar a direção da polícia de investigação a um *juiz de instrução criminal* e a um ajudante que seria bacharel em Direito, por forma a que a lei fosse cumprida por quem, efetivamente, percebia dela, e não por funcionários policiais escolhidos pelo governo, que não teriam os conhecimentos necessários para desempenhar um bom trabalho.

Em suma, com a reforma de 1893 – que só viria a ficar completada em 1896, com a Lei de 3 de Abril – vemos,

“(...) pela primeira vez, a independência e automatização funcional – se bem que relativa, pois ainda inserida na PC – dos serviços de investigação, surgindo a *Polícia de Investigação Judiciária e Preventiva* como uma das três «Repartições» da PC, com diretores e quadros de pessoal privativos, bem como orçamentos próprios, separados das restantes polícias/repartições.” (Pereira e Silva, 2012:18 e 19, itálicos no original).

Era o primeiro passo para a criação de uma polícia de investigação criminal em Portugal.

Contudo, e segundo Pereira e Silva (2012), esta autonomia não era ainda efetiva e isto deve-se ao facto de, para além da repartição de Polícia de Investigação Judiciária e Preventiva ainda pertencer à Polícia Civil, esta ainda se subdividia em dois serviços distintos: o de polícia preventiva e o de polícia de investigação, que seria a *judiciária*. Os serviços de polícia preventiva eram da exclusiva responsabilidade do governador civil, que poderia alocar neste serviço pessoal da polícia de investigação, assim como de outras repartições.

Segundo os mesmos autores, e visto que estas mudanças só se fizeram sentir inicialmente na capital, o quadro da polícia de investigação, em Lisboa, era composto por 1 juiz de instrução criminal, 1 ajudante, 3 chefes de polícia, 20 agentes e 60 polícias da repartição de segurança pública, como auxiliares. Relativamente aos chefes e agentes da polícia de investigação, estes eram nomeados pelo governador civil, mas, desta feita, sob a proposta do juiz, e o seu recrutamento era efetuado exclusivamente entre os chefes de esquadra, cabos e guardas do corpo da Polícia Civil. Já o juiz de instrução criminal viria de qualquer uma das classes da magistratura judicial, serviria por 6 anos e era pago pelo Ministério da Justiça. À exceção deste último, todos os funcionários de polícia poderiam ser demitidos pelo governo, ou seja, pelo governador civil com a proposta do comandante de corpo.

Em 1898, dois anos após a reforma que “automatizou” os serviços de investigação, houve uma nova reforma e os serviços policiais de Lisboa ficariam divididos em duas categorias pelo Decreto de 20 de Fevereiro de 1898: a *polícia civil* (subdividia em duas secções, a de segurança e a de inspeção administrativa) e a *polícia de investigação* (compreendia a investigação do crime comum – polícia de investigação – e a investigação do crime político – polícia preventiva).

Segundo Pereira e Silva (2012), foi através desta nova reforma que se uniram os serviços de polícia preventiva e judiciária, pois como tinham a função de evitar crimes de qualquer ordem, faria sentido que se unissem e ajudassem mutuamente. Neste sentido, ambas ficaram a pertencer ao *Juízo de Instrução Criminal*, separando-se assim da Polícia Civil. Tudo se mantinha igual, relativamente aos quadros e local de exercício das suas funções, simplesmente se enfatizou o poder da magistratura judicial.

Os autores dizem-nos que esta reforma permitiu a abrangência das funções da polícia de investigação a toda a Comarca⁴ de Lisboa⁵ e, não obstante o facto de os chefes e agentes de polícia judiciária da reforma de 1896 se manterem nas mesmas funções, esta reforma previa a abertura de concursos para a seleção de novos elementos para esta força, continuando a dar preferência aos *praças* do corpo da polícia civil que se quisessem candidatar. É também neste ano de 1898 que é instituído oficialmente os trabalhos de antropometria e fotografia que permitiam organizar devidamente os cadastros dos delinquentes, contudo, nesta altura, estes serviços eram “instituições auxiliares de investigação criminal” (Pereira e Silva, 2012:21).

❖ **Investigação criminal a nível nacional**

Quatro anos mais tarde, com o Decreto de 19 de Setembro de 1902, através do *Regulamento da polícia judiciária e de investigação*, as competências da polícia de investigação são alargadas, competindo-lhes investigar, a nível nacional, “(...) «os crimes contra a segurança do estado, contra a ordem social e os de fabrico ou passagem de moeda ou notas falsas».” (Pereira e Silva, 2012:21). Os autores referem ainda que, por consequência, os poderes do Juiz de Instrução Criminal são reforçados, passando a ser o Diretor Nacional de polícia. Cabia-lhe, como funções, a investigação, vigilância e fiscalização dos crimes acima descritos, e todas as autoridades estavam obrigadas a prestar-lhe auxílio e a transmitir informações se assim fosse necessário. Desta forma, o Juiz de Instrução Criminal, acabaria por ter um enorme poder a nível nacional.

❖ **A Primeira República e as mudanças na Investigação Criminal**

No entanto, e segundo Pereira e Silva (2012), o sistema policial voltaria a sofrer alterações drásticas quando se dá a Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910. No dia seguinte à Implantação, a 6 de Outubro de 1910, o corpo de Polícia Civil de Lisboa foi dissolvido e voltaria a renascer 3 dias depois, sob outra designação, a 9 de

⁴ Uma comarca é um termo que define uma região fronteiriça ou um território limítrofe. Historicamente as comarcas eram formadas por freguesias (também chamadas de paróquias), mas desde o século XIX que quem as integrava eram os concelhos. Desde 2014, através da regulamentação da Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciária), Portugal passou a ter 23 grandes comarcas, cujas áreas geográficas correspondem, na sua maioria, aos distritos administrativos, e têm ao seu dispor um grande tribunal de competência genérica, com diversas secções especializadas (instância central cível, instância central criminal, instrução criminal, etc. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Comarca> acedido a 25/9/2018)

⁵ A Comarca de Lisboa é uma Comarca integrada na Divisão Judiciária de Portugal. Tem uma área de 834 km² e é composta pelos municípios de Lisboa, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Seixal. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Comarca_de_Lisboa acedido em 25/9/2018).

Outubro de 1910. Passaria a chamar-se Polícia Cívica de Lisboa (PCL). No dia seguinte, a 10 de Outubro de 1910, os poderes conferidos ao Juiz de Instrução Criminal são extintos (Diploma Geral nº14, de 21 de Outubro de 1910), revogando assim o Decreto de 28 de Agosto de 1893, a Lei de 3 de Abril de 1896, o Decreto de 20 de Janeiro de 1898 e o Decreto de Dezembro de 1902.

Os autores também nos dizem que a direção da polícia de investigação criminal, que até aqui tinha sido ocupada pelo Juiz de Instrução Criminal, passou a ser dirigida pelo comandante da Polícia Cívica, ou seja, um oficial do exército. Contudo, devido às difíceis e complexas funções, para as quais este oficial não tinha competências, o Governo Provisório da República, publicou o Decreto de 27 de Maio de 1911, em que criou o lugar de “*Chefe da Repartição de investigação criminal*”, que seria ocupado por um bacharel em Direito, de nomeação governamental. Apesar desta nomeação, o comandante da Polícia Cívica e o Chefe da Repartição de investigação criminal, que era um juiz, entraram em conflito diversas vezes devido a intromissão por parte do comandante nos assuntos da polícia de investigação, o que provocou a demissão do Chefe da Repartição, pelo Ministro do Interior, acusando-o de incompetência.

❖ **O golpe de Estado de Sidónio Pais**

Com o início da I Guerra Mundial e com o decorrer desta, houve um “(...) aumento do custo de vida e o conseqüente agravamento da situação sócio-económica” que “deu origem a uma nova realidade social de grande contestação, instabilidade e conflitualidade social (...)”. (Pereira e Silva, 2012:28). Com este cenário, foi necessário “muscular” a Polícia Cívica e iniciou-se um processo de aproximação às forças militares para colmatar esta nova realidade.

Segundo Pereira e Silva (2012), a 5 de Dezembro de 1917 dá-se o golpe de Estado do Major Sidónio Pais e com este é criado o Decreto-Lei nº 3.673, de 20 de Dezembro de 1917, que determinava que a direção da polícia de investigação poderia ser exercida por um oficial do exército, tendo como adjunto um bacharel em Direito. Contudo, 3 meses depois, a 16 de Março de 1918, através do Decreto-Lei nº 3.940, há uma nova separação pois estariam a confundir-se a polícia de investigação com a polícia preventiva, o que levaria a inúmeros inconvenientes.

A situação manteve-se estável até 5 de Abril de 1918, altura em que a Polícia de Investigação Criminal (PIC), reassumiu, grosso modo, as competências que tinha

anteriormente, através do Decreto-Lei nº 4.058. “Essas polícias constituíam-se como *«corpos de polícia autónomos, com inteira independência quanto aos demais serviços policiais, sem prejuízo porém das relações de coordenação que devem existir entre os mesmos serviços.»*” Não obstante dependerem diretamente do ministro do Interior, o diretor da PIC e o seu ajudante veriam reforçadas as suas garantias de independência ao não poderem “*ser demitidos dos seus respetivos cargos senão nos termos dos regulamentos disciplinares dos funcionários civis*” (Garção, 1926 citado por Pereira e Silva, 2012:29, *itálicos no original*).

Durante este período, através do Decreto-Lei nº 4.166, de 27 de Abril de 1918, reformaram-se novamente os serviços policiais e de segurança a nível nacional, subordinando-os a uma única direção autónoma do Ministério do Interior, e que se chamaria *Direção-Geral de Segurança Pública* (DGSP). A DGSP teria um diretor que obedeceria diretamente ao Ministro do Interior e que exerceria o seu cargo sobre a Repartição do Expediente, a Repartição da Polícia de Segurança Pública, a Repartição da Polícia de Investigação, a Repartição da Polícia Administrativa, a Repartição da Polícia Preventiva, a Repartição da Polícia de Emigração e a Repartição da Polícia Municipal.

Em 1918, o diretor da polícia de investigação criminal, embora subordinado do diretor da DGSP, contava com 3 inspetores, 3 adjuntos, 6 chefes e 120 agentes a nível nacional, distribuídos pelas cidades de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga. De salientar que, por ordem de Sidónio Pais, muitas vezes apontado como o “pai” da PIC (antecessora da PJ), a Polícia de Investigação, apesar de autónoma organicamente, ainda estaria incluída na Polícia Cívica e submetida à superintendência da então criada DGSP.

Apesar da reforma criada por Sidónio Pais, com especial destaque para a atenção que este dava à “(...) polícia técnica, aperfeiçoando os serviços criados oficialmente na polícia de investigação criminal em 1898.” (Pereira e Silva, 2012:31), os tempos seguintes foram de reestruturações, reorganizações e dissoluções constantes, o que culminou na dependência de todos os serviços policiais aos governos civis, em Março de 1919, com a exceção da Polícia de Emigração. Isto deveu-se ao facto desta experiência ter demonstrado inconvenientes que resultavam de a Polícia estar diretamente subordinada ao Ministério do Interior. “Desta forma, as autoridades policiais passavam a corresponder-se com a DGSP por intermédio dos respetivos Governos Civis, que as superintendiam.” (Pereira e Silva, 2012:32).

São assim dissolvidas as Secções da Polícia de Investigação Criminal para que se voltem a reorganizar segundo as disposições do novo decreto. “Estabelecia-se assim que *«os serviços da polícia de investigação criminal são de protecção e garantia dos direitos dos cidadãos, de instrução judiciária e de repressão penal, pelo que se exercitam permanente e continuamente, estando as suas repartições sempre abertas».*” (Pereira e Silva, 2012:34, itálicos no original).

O Decreto-Lei nº 8.435, de 21 de Outubro de 1922, reorganizou os serviços de polícia e dividiu em 4 grandes secções os serviços da Polícia Cívica de Lisboa e Porto: a *Polícia de Segurança Pública*, a *Polícia de Investigação Criminal*, a *Polícia Administrativa*, e a *Polícia Preventiva e de Segurança do Estado*. Cada uma das 4 secções teria o seu próprio diretor, mantendo-se subordinadas ao Ministro do Interior, por intermédio da DGSP.

No que concerne especificamente à Polícia de Investigação Criminal, esta teria como diretores juízes, que seriam propostos pelos governadores civis de Lisboa e Porto, e nomeados pelo Ministro do Interior. Em Braga e Coimbra, os subinspetores estariam subordinados diretamente ao Ministro do Interior, e seriam nomeados por concurso e selecionados através de provas públicas. No que diz respeito aos outros distritos do país, a investigação criminal ficaria adjudicada aos respetivos comissários de polícia.

Contudo, ainda havia alguma falta de autonomia, pelo que os chefes eram nomeados pelo governador civil, sob a proposta do diretor, e eram “pessoal” pertencente às secções da investigação criminal, segurança pública e administrativa. O mesmo acontecia com os agentes, que seriam nomeados da mesma forma. Relativamente aos postos antropométricos, seria-lhes facultada a possibilidade de requisitar o Instituto de Medicina Legal para procederem a exames diretos e fotográficos ou outras diligências que fossem necessárias.

Em 1922 e 1923, continuaram a ser apresentadas propostas de reformas para reorganizar as polícias. Segundo Pereira e Silva (2012), as ruas estavam um caos, havia imensos crimes e a polícia, desorganizada, nada conseguia fazer. De acordo com os autores, uma das propostas foi a de Adriano António Crispiniano da Fonseca, à data Diretor da PIC, que pedia a reorganização da PIC no seio do Ministério da Justiça e dos Cultos. Segundo nota de rodapé, este projeto visionava a criação de uma Prefeitura Geral da Polícia de Investigação Criminal no Ministério da Justiça – à semelhança do que acontecia para a Polícia de Segurança Pública no Ministério do Interior – e seria

dirigida por um juiz, um secretário, dois amanuenses e um contínuo. Desta feita, seria Crispiniano da Fonseca a redigir, em 1923, o primeiro relatório autónomo sobre os serviços.

Com base no que nos dizem Pereira e Silva (2012), após o golpe militar de 28 de Maio de 1926, em que é instaurado um novo regime político, há uma intervenção na estrutura organizacional das polícias, onde alguns Corpos de Polícia Cívica foram dissolvidos e outros reconstituídos.

Neste mesmo ano de 1926, na PIC, a base de recrutamento para dirigentes é alargada aos bacharéis e licenciados em Direito, para além dos juízes. É também neste ano, a 24 de Setembro, devido à má organização que ainda se fazia sentir, que o diretor da PIC de então, o bacharel João Elói Pereira Nunes Cardoso, é encarregue de sindicar as polícias de investigação criminal, administrativa e de segurança pública de Lisboa. No seguimento disto, os diretores e adjuntos da PIC, vêm as suas competências aumentadas, podendo fazer julgamentos em processos sumários, para ultrapassar a lentidão que se fazia sentir nos tribunais.

❖ **A inserção no Ministério da Justiça**

Após este período conturbado de 1926, através do Decreto-Lei nº 14.657, de 5 de Dezembro de 1927, é transferida a tutela da Polícia de Investigação Criminal do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça. Vários investigadores consideram que a PIC propriamente dita, orgânica e funcionalmente separada da Polícia Cívica e, subsequentemente, do Ministério do Interior, se instituiu realmente nesta data. Com estas alterações, a PIC deixa de ter as suas instalações no Governo Civil e passa a funcionar no Palácio do Torel.

❖ **Esboço da Lei Orgânica**

O Decreto-Lei nº 17.640, de 22 de Novembro de 1929, que pretendia regular o funcionamento da PIC, nomeadamente a competência jurisdicional, foi o primeiro esboço da lei orgânica.

Segundo Pereira e Silva (2012), este diploma considerava que os funcionários superiores da Polícia de Investigação Criminal seriam os diretores, os subdiretores e os seus adjuntos, e teriam como subalternos os chefes e agentes, estes últimos de 1ª e 2ª classes. Através deste diploma, e segundo os Art.º 19.º e 25.º do Decreto-Lei nº 17.640, de 22 de Novembro, também foi criado um conselho disciplinar da instituição,

constituído por funcionários superiores, assim como se alargaram os poderes jurisdicionais destes últimos no que diz respeito aos julgamentos sumários. Outra das características deste diploma, é que também alargava os poderes dos funcionários da PIC, podendo estes entrar numa área pertencente a outra polícia ou autoridade administrativa, na perseguição de um criminoso ou no âmbito de uma investigação.

O Decreto-Lei nº 18.849, de 13 de Setembro de 1930, leva à extinção da *Polícia Internacional Portuguesa*, criada em 1928 e que funcionava com a *Polícia de Informações*, alocadas ao Ministério do Interior, e é criada na PIC de Lisboa uma *Secção da Polícia Internacional Portuguesa*, que teria como funções o controlo de estrangeiros e fronteiras. Um ano depois, a ditadura militar dissolve a *Polícia de Informações* do Ministério do Interior e passa as funções para a *Polícia de Segurança Pública*. Por conseguinte, a *Polícia Internacional Portuguesa* sai da PIC e regressa à dependência do Ministério do Interior.

Em 1931, através do Decreto-Lei nº 20.108, de 27 de Julho, os serviços da PIC dividem-se em 3 diretorias autónomas: Lisboa, Porto (que teria uma delegação em Braga) e Coimbra. Cada diretoria tinha um diretor que era subordinado do Ministro da Justiça e não haveria um diretor-geral como acontece hoje em dia.

O Decreto-Lei nº 21.194, de 4 de Maio de 1932, voltou a subordinar todas as polícias ao Ministério do Interior, por intermédio do ressurgimento da DGSP. Esta situação só se voltou a reverter com o Decreto-Lei nº 22.708, de 20 de Junho de 1933, em que houve a transição definitiva da PIC para o Ministério da Justiça.

Neste período a PIC passava por um período de relativa acalmia e a sua estrutura manteve-se inalterada até 1945. Em Agosto de 1933, a *Polícia Internacional Portuguesa* e a *Polícia de Defesa Política e Social* foram extintas, dando lugar à *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado* (PVDE), antecessora da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) e da Direção Geral de Segurança (DGS), que só viria a ser extinta em 1974.

❖ **Extinção da Direção-Geral de Segurança Pública**

A 16 de Maio de 1935 é decretada a extinção da *Direção-Geral de Segurança Pública*. Esta seria extinta pelo Decreto-Lei nº 25.338, de 16 de Maio de 1935, e no seu lugar foi criado o *Comando Geral da Polícia de Segurança Pública*, que teriam como

funções a inspeção e fiscalização de géneros alimentícios, e a função de segurança pública do continente e na ilha da Horta.

Neste período já estava consolidada a prática da PIC ter nos seus cargos superiores magistrados judiciais ou do Ministério Público, assim como bacharéis ou licenciados em Direito, algo que não acontecia no século XIX em que as direções dos corpos policiais eram asseguradas por oficiais do exército. Pelo contrário, no Ministério do Interior, esta prática de ter oficiais do exército nos cargos de direção das restantes polícias, arrastou-se ao longo do século XX e fez com que se criasse um distanciamento entre a Polícia de Investigação Criminal e as restantes polícias.

Segundo Pereira e Silva (2012), um dos episódios icónicos que demarcam este distanciamento entre as polícias referidas acima, é o do atentado contra António de Oliveira Salazar, a 4 de Julho de 1937, em que a PVDE se vê ridicularizada pela PIC pois anuncia publicamente, de forma errada, que já teria capturado os autores do atentado – supostamente um “grupo de comunistas” –, sendo que a PIC vem a descobrir, através de uma informação de uma oficial da PSP, que os verdadeiros autores do crime seriam um “grupo de anarquistas”.

❖ **O batismo da PIC**

Em 1945, através do Decreto-Lei 35.042, de 20 Outubro de 1945, a Polícia de Investigação Criminal, dá origem aquilo que conhecemos hoje como Polícia Judiciária (PJ).

Com a renovação na instituição, houve uma centralização dos serviços e uma integração dos departamentos regionais, e apesar da mudança de nome, esta nunca deixou de ser a mesma. Todo o corpo de funcionários transitou da PIC para a PJ.

Através do Decreto anteriormente referido, as funções da PJ acabaram por ficar bem definidas, ou seja, a sua função de investigação criminal. Por outras palavras:

“(…) atribuíram-se então à PJ três espécies de competências para proceder à instrução preparatória: a territorial, que lhe conferia a realização da instrução preparatória dos delitos nas comarcas de Lisboa, Porto e Coimbra e as diligências a efetuar nessas mesmas comarcas, referentes a processos pendentes noutras; a exclusiva, nos termos da qual lhe cabia, em todo o território do Continente, instruir os processos de *«crimes de falsificação de moeda, notas de banco e títulos da dívida pública e tráfico de estupefacientes, de mulheres e*

menores e de publicações obscenas»; e a deferida, segundo a qual, por ordem ou autorização do Procurador-Geral da República, poderia ser atribuída à PJ a instrução de determinados delitos independentemente do local da sua ocorrência (Pereira e Patrício, 2010).” (Pereira e Silva, 2012:46, *itálicos no original*).

O Decreto-Lei nº 35.042, de 20 de Outubro de 1945, veio então afirmar a natureza parajudicial da Polícia Judiciária, ou seja, apesar de não terem competências para toda a matéria judicial, tinham a competência para a instrução preparatória de crimes em todo o território nacional.

As relações entre a polícia de investigação criminal e a polícia política

Atendendo ao que nos diz Leonor Sá (2012), a polícia política – que só viria a ser reconhecida e formalmente assumida desta forma em 1918 – e a polícia de investigação criminal, pertenciam ambas à Polícia Civil (PC), juntamente com a secção de segurança pública e a secção de inspeção administrativa. Apesar da Instauração da República em 1910, as alterações que se fizeram sentir foram pouco profundas, sendo a principal a substituição dos elementos policiais ligados ao regime monárquico por outros. Um dos órgãos mais importantes criados neste período foi a Guarda Nacional Republicana (GNR)⁶, que surgiu através de um diploma assinado a 3 de Maio de 1911. Esta força pertencia ao Ministério do Interior - atualmente está subordinada ao Ministério da Administração Interna e ao Ministério da Defesa Nacional - e é uma das forças policiais que atua a nível nacional desde então.

Segundo a autora, o golpe de estado liderado por Sidónio Pais em 1917, teve um papel importante nas reformas que se fizeram sentir ao longo dos anos seguintes, não só porque reorganizou as forças policiais, mas também porque teve relevância no que diz respeito à repressão política e à própria polícia.

Uma das alterações que Sidónio Pais implementou, através do Decreto-Lei nº 3.673, de 20 de Dezembro de 1917, foi o de criar um corpo de “polícia preventiva” na Polícia de Investigação Criminal (PIC), composto por 40 agentes e um chefe, nomeados pelo diretor da PIC. Poucos meses depois, com o Decreto-Lei nº 3.940, de 16 de Março

⁶ Para mais detalhes sobre a Guarda Nacional Republicana e a sua atuação em Portugal, ver Diego Palacios Cerezales (2017).

de 1918, há uma separação da “polícia preventiva” da PIC, isto porque, segundo o decreto, havia um carácter contencioso por parte da polícia preventiva.

Com o Decreto-Lei nº 4.058, de 5 de Abril de 1918, veio acentuar-se as várias diferenças entre os dois corpos de polícia – polícia preventiva e a PIC –, sendo que desde esta data e até 1928, a polícia política irá assumir definitivamente a função de prevenir os crimes políticos e sociais.

A 27 de Abril de 1918, com o Decreto-Lei nº 4.166, houve uma reforma profunda em todas as forças policiais, e mesmo com o assassinato de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 e com a reocupação do poder pelos seus adversários, a estrutura das forças policiais criadas por este Decreto irá manter-se essencialmente a mesma até 1922. O Decreto-Lei nº 4.166 faz com que todas as forças policiais fiquem sob a direcção da Direcção Geral de Segurança Pública (DGSP) e dependentes do Ministro do Interior. Desta feita, os elos de ligação entre a PIC e a polícia preventiva, assim como com as restantes forças policiais, ficam circunscritos a relações de coordenação.

Segundo Leonor Sá (2012), após a morte de Sidónio Pais, mais especificamente em 1919, veio a assistir-se a uma vaga de despedimentos tanto na PIC como na polícia preventiva. A polícia preventiva vê, em Fevereiro de 1919 e devido à sua violenta acção repressiva, serem afastados da sua força policial muitos dos seus agentes. O mesmo aconteceu com alguns agentes da PIC, que se viram afastados por estarem conotados como “(...) não sendo da confiança do regime republicano” (Sá, 2012:55), podendo constituir assim uma ameaça de cariz monárquico.

Ainda no seguimento do que nos diz a autora, e anos após estes afastamentos, houve uma proposta por parte do então diretor da PIC, João Eloy, dirigida ao Ministro do Interior para que reintegrasse um número considerável de agentes na PIC. Estes pedidos são todos posteriores ao golpe de 28 de Maio de 1926, o que fez com que muitos agentes se sentissem encorajados a pedir a reintegração, o que veio a acontecer para muitos destes homens em 1927.

Segundo a autora, uma questão muito importante é levantada:

“(…) até que ponto as inclinações políticas individuais pesavam na selecção de pessoal da PIC e, porventura, até que ponto a separação *de jure* entre a PIC e a funesta “Preventiva” terá sido efectiva e a PIC terá deixado, *de facto*, de estar envolvida na repressão política.” (Sá, 2012:55, itálicos no original)

Leonor Sá (2012) alerta-nos para a intensa cooperação que se fez sentir entre a PIC e as sucessivas polícias políticas, entre 1919 e 1923. Entre 1919 e 1922 a polícia política altera a sua designação 3 vezes:

- Passa de “Polícia Preventiva” a “Polícia de Segurança do Estado” com o Decreto-Lei nº 5.367, de 7 de Abril de 1919;
- Passa de “Polícia de Segurança do Estado” a “Polícia de Defesa Social” com o Decreto-Lei nº 8.013, de 4 de Fevereiro de 1922;
- E finalmente passa de “Polícia de Defesa Social” a “Polícia Preventiva e de Segurança do Estado” com o Decreto-Lei nº 8.435, de 21 de Outubro de 1922.

Apesar de todas estas alterações, que também se fizeram sentir ao nível do pessoal, a sua estrutura manteve-se a mesma.

Este último Decreto de Outubro 1922, quis acabar com o Decreto de Abril de 1918 criado por Sidónio Pais, valorizando a formação e qualidade técnica do trabalho policial, e reconhecendo a PIC como “(...) um dos mais importantes ramos da administração policial” (Sá, 2012:56). Reconhece também que a polícia política necessita de uma alteração profunda, sendo que era importante que o público em geral não reconhecesse os agentes da então criada Polícia Preventiva e de Segurança do Estado. Neste sentido “A PIC deveria, por isso, contribuir para a *“natureza essencialmente secreta”* da polícia política, dando-lhe *“practibilidade extensiva às investigações.”* (Sá, 2012:56), ou seja, a polícia política seria um “(...) braço invisível da PIC” (Ribeiro, 1992:38 in Sá, 2012:56).

Leonor Sá (2012) refere-nos que a polícia política é extinta em 1926, através do Decreto-Lei nº 11.727, de 15 de Junho desse ano, pois o governo considerava que a defesa e segurança do Estado poderia ser desempenhada pela PIC. Contudo, 6 meses mais tarde, com o Decreto-Lei nº 12.972, de 16 de Dezembro de 1926, é criada a “Polícia especial de informações de carácter secreto”, mais tarde conhecida por “Polícia de Informações”, que estaria sob a autoridade do Governador Civil de Lisboa. Meses mais tarde, devido a uma rebelião militar, é criado um corpo de polícia política no Porto, através do Decreto-Lei nº 13.342, de 26 de Março de 1927.

Em Dezembro desse ano, há a separação definitiva entre a polícia política e a PIC, sendo que a PIC é transferida do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça, através do Decreto-Lei nº 14.657, de 5 de Dezembro de 1927. Esta transferência

mantém-se irreversível até aos dias de hoje, mesmo após a mudança de designação da PIC para a Polícia Judiciária (PJ).

Em Março de 1928, a Polícia de Informações de Lisboa e Porto são agregadas numa única organização com o mesmo nome, continuando subordinadas ao Ministério do Interior, e, através do Decreto-Lei nº 14.084, de 2 de Junho de 1927, alargam a sua ação ao nível nacional. Estas alterações vieram a conferir um poder desmesurado à polícia política, sendo que lhe foi atribuída competência instrutória. O distanciamento de relações entre a polícia política e a polícia de investigação criminal tornava-se, assim, cada vez maior. Não só a polícia política já não dependia da PIC como, em termos legais, pertenciam a órgãos tutelares diferentes.

A autora alerta-nos para o facto de, apesar de Salazar só ter chefiado o Governo a partir de Julho de 1932, a sua entrada para o mesmo em 27 de Abril de 1928, fez com que começasse a ter muita influência nos assuntos governamentais, o que se revelou decisivo para que, aquando da sua ascensão ao poder, a repressão política aumentasse e, consequentemente, tornasse a polícia política mais organizada e temida.

Outro dos muitos factos que sustentam a colaboração entre a polícia política e a PIC, segundo o que Leonor Sá (2012) nos diz, é o facto da Polícia Internacional⁷ – anteriormente pertencente à Polícia de Informações, através do Decreto-Lei nº 15.884, de 24 de Agosto de 1928 – ter sido dissociada da Polícia de Informações e passasse a ser uma secção especializada da PIC, através do Decreto-Lei nº 18.849, de 8 de Setembro de 1930. Contudo, quem fazia o trabalho de polícia de fronteira seria a Polícia de Informações.

Já em 1931, através do Decreto-Lei nº 20.003, de 3 de Junho desse ano, a Polícia de Informações é abolida devida à contestação social que se fazia sentir neste período, sendo que a violência e os excessos cometidos contra os opositores políticos eram exacerbados, refere-nos Leonor Sá (2012) citando (Cruz, 1988). Desta feita, e segundo a autora, as competências desta força são transferidas para a Polícia de Segurança Pública (PSP)⁸, contudo, continuou a funcionar autonomamente, segundo os moldes anteriores. Prova disso, elucida-nos Leonor Sá (2012) no seu texto, é o facto de um simples ofício

⁷ A Polícia Internacional era um ramo da Polícia de Informações que tratava dos casos de, por exemplo, emigração ilegal.

⁸ Para mais detalhes sobre a atuação da Polícia de Segurança Pública em Portugal, ver Flávio Borda d'Água (2017).

em Maio de 1932, ter sido suficiente para a transferir e transformar numa nova secção da “Polícia Internacional Portuguesa” – criada através do Decreto-Lei nº 20.125, de 28 de Julho de 1931 – passando a chamar-se “Secção de Vigilância Política e Social”.

Após estas alterações, eis que esta nova secção se torna autónoma, surgindo assim, em Janeiro de 1933, a “Polícia de Defesa Política e Social”. Meses mais tarde, em Agosto de 1933, a “Polícia Internacional Portuguesa” e a “Polícia de Defesa Política e Social” agregam-se e criam a “Polícia de Vigilância e Defesa do Estado” (PVDE). É de salientar que a PVDE só surge após a legitimação do Estado Novo e da nova Constituição de 1933. Segundo a autora, esta fusão fez com que estas duas forças se tornassem constitutivas e complementares, isto porque a “Polícia de Defesa Política e Social” era dirigida contra opositores internos, enquanto que a “Polícia Internacional Portuguesa” era dirigida contra as ameaças exteriores. Esta fusão e o seu produto final, a PVDE, concentrou numa só força policial as funções e poderes das suas antecessoras, o que fez com que tivesse as suas competências amplamente alargadas.

No que concerne a estas competências, segundo nos informa Leonor Sá (2012), elas não só passavam pelo facto de a PVDE poder constituir corpo de delito aos autos por ela levantado como, através do Decreto-Lei nº 22.203, de 6 de Novembro de 1933, os criminosos políticos viam as suas penas serem cumpridas em prisões especiais. Em Junho de 1934, a jurisdição destas prisões, é entregue à PVDE.

Segundo a autora:

“Nesta fase, a PVDE controlava quase completamente um sistema de justiça política sem qualquer constrangimento judiciário externo. O decreto que criara a PVDE determinava também que a PIC e a PSP providenciassem toda a ajuda requerida e lhe fornecessem os agentes necessários. Todas as autoridades, de resto, e representantes públicos (incluindo representantes diplomáticos) estavam obrigados a prestar colaboração à PVDE.” (Sá, 2012:62)

Anos mais tarde a PVDE é abolida e é substituída, segundo o Decreto-Lei nº 35.046, de 22 de Outubro de 1945, pela “Polícia Internacional e de Defesa do Estado” (PIDE). Neste período houve uma reforma em todo o sistema policial, incluindo a passagem da PIC para a PJ através do Decreto-Lei nº 35.042, de 20 de Outubro de 1945.

Segundo Leonor Sá (2012), a estrutura organizacional PIDE é elaborada tomando como referência a da PJ. A PJ passa a ter competências importantes de

instrução preparatória e nos crimes de averiguação difícil, mas apenas com a autorização do Procurador-Geral da República. Para além destas, tem competências exclusivas no que concerne aos “(...) crimes de falsificação de moeda, notas de banco e títulos da dívida pública e tráfico de estupefacientes, de mulheres e menores e de publicações obscenas.” (Sá, 2012:64).

Este Decreto veio fazer com que a PJ ficasse, em algumas situações, numa posição paralela ao Ministério Público na resolução de certos crimes, contudo, passou a ficar sujeita à fiscalização por parte do Procurador-Geral da República e dos restantes Procuradores da República nos diferentes distritos judiciais, algo que não aconteceu com a PIDE que ficou longe deste controlo. Desta feita, e segundo a autora, os poderes legais de repressão política e a autonomia da PIDE, tiveram um aumento significativo, sendo que os métodos utilizados se mantiveram os mesmos que a PVDE utilizava, e continuou a ser apoiada por uma vasta rede de informadores que atuavam em diversos locais. Segundo Leonor Sá (2012): “(...) a nova polícia política mantém os seus poderes de instrução processual nos casos de crimes contra a segurança interna e externa do Estado, podendo mesmo determinar, com quase total independência, o regime de prisão do arguido antes do julgamento.” (Sá, 2012:64).

Com a ascensão da PIDE e com o poder desmesurado – comparando com as polícias políticas anteriores – que obteve ao longo do tempo, foram postas em prática medidas que permitiam à PIDE decidir quem vivia ou não em liberdade, sendo um exemplo dessas o facto de poderem manter detidos indivíduos durante 6 meses, sem culpa formada. Diz-nos Leonor Sá (2012) citando Rosas (1994), que foram criadas prisões especiais, tribunais especiais, medidas de segurança e saneamento político, tudo formas de manter a repressão em níveis nunca antes vistos. Neste seguimento, e devido a todo este poder, as restantes autoridades policiais do país estavam formalmente obrigadas a cooperar, sendo que a PJ não era uma exceção. Segundo a autora, colaboravam na repressão do crime organizado internacional e, segundo o Art.º 65, do Decreto-Lei nº 35.046, de 22 de Outubro de 1945, havia a possibilidade de transferir agentes de uma para outra polícia, embora sujeitos à aprovação dos respetivos Ministros da Justiça e do Interior.

Diz-nos Irene Pimentel (2011) que, anos mais tarde, após a “morte” política de António de Oliveira Salazar em 1968, sucedeu-lhe Marcelo Caetano como presidente do Conselho de Ministros entre 1969 e 1974. Neste período, a PIDE, tomou outra

designação e passou a chamar-se Direção Geral de Segurança (DGS), através do Decreto-Lei nº 49.401, de 24 de Novembro de 1969.

Segundo a autora, a DGS, em 1972, sofreu uma reorganização, mas manteve os mesmos poderes que a sua antecessora PIDE. Contudo, houve uma tentativa de mudança drástica no que corresponde aos interrogatórios sendo que, neste ano de 1972, passou a ser obrigatória a presença de um defensor (Advogado ou similar) nos casos instruídos pela PJ, pelo que a própria Ordem dos Advogados e muitos advogados de presos políticos queriam que essa medida se estendesse também à DGS. Acontece que a DGS percebeu que não poderia utilizar as suas táticas de persuasão em interrogatório - entenda-se “tortura” - e pressionou, com bastante eficácia, Marcelo Caetano para que essa medida não fosse a vante. Desta feita, e com o acréscimo de poder que a DGS acumulou, registou-se neste período diversos conflitos sociais em todo o país, que fizeram com que a DGS recorresse a uma repressão e violência redobradas.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, a DGS chega ao seu fim através do Decreto-Lei nº 171/74, de 25 de Abril. Contudo, diz-nos Irene Pimentel (2011), que “Um diploma do próprio dia 25 de abril de 1974 determinou a extinção da DGS, embora se dissesse, no seu art. 2º, que, nas colónias portuguesas de África, depois de saneada, ela seria reorganizada em Polícia de Informação Militar, enquanto continuassem as operações militares e a guerra colonial.” (Pimentel, 2011:149). Esta situação manteve-se até à independência das antigas colónias.

Com isto, podemos ter um panorama geral de como ao longo de tempo se relacionaram as diferentes polícias políticas com as polícias de investigação criminal. Denota-se uma emancipação e uma separação por parte da polícia política da polícia de investigação criminal e que essa separação, aliada a diversos fatores – sendo um dos principais a ascensão do Estado Novo –, levou a que a polícia política ganhasse um poder e um controlo da vida política e social muito elevado, obrigando a que as restantes forças policiais se aliassem a ela em determinados contextos. De notar que, apesar do controlo exercido pela polícia política em determinados momentos da história e da contrariedade que pudesse haver na colaboração com esta força por parte da polícia de investigação criminal, em muitos momentos a cooperação entre estas duas forças existiu e coexistiu sem grandes problemas de maior.

Perspetiva sobre a evolução da polícia e da organização judiciária

❖ De 1975 a 1977

O texto de Lourenço Martins (2004) dá-nos uma ótima perspetiva sobre a evolução da polícia e da organização judiciária desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, até ao início dos anos 2000. O principal enfoque do seu texto, é o papel que a Polícia Judiciária (PJ) tem na sua interconexão com o Ministério Público (MP) e com os Tribunais, sendo os principais os Tribunais de Instrução Criminal.

Diz-nos o autor que, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, para além da polícia política ter desaparecido, a então anunciada “liberalização da Justiça” não foi mais do que a criação do inquérito policial – para crimes de menor gravidade – e a restauração do júri, através do Decreto-Lei nº 605/75, de 3 de Novembro.

Posteriormente, através do Decreto-Lei nº 377/77, de 6 de Setembro, passou a usar-se o inquérito preliminar para crimes menores, sendo que o MP ou outras entidades competentes podiam intervir, caso assim o entendessem, para que fosse descoberta a verdade ou em caso dos crimes poderem transitar para crimes graves. Nesta fase, diz-nos Lourenço Martins (2004), a PJ passou a fazer uso desta faculdade nos crimes de difícil investigação, com o intuito de combater a criminalidade grave de forma mais efetiva. Nesta fase, os lugares mais elevados na hierarquia da PJ (diretor, subdiretores e inspetores adjuntos) passaram a ser ocupados por Magistrados Judiciais – algo referido muitas vezes pelos reformados da PJ que foram entrevistados –, devido à sua reconhecida competência e idoneidade numa instrução preparatória escrita e altamente burocratizada.

Segundo o autor, este também foi um período de evolução e apetrecho tecnológico por parte da PJ. As habilitações literárias para concorrer a agentes estagiários aumentaram – curso geral dos liceus –, foi criado um Conselho Superior de Polícia com diversos conselhos de polícia nas diretorias, previa-se a criação de diretorias, inspeções e subinspeções para cobrir todo o território nacional – a composição da PJ, neste período, era de uma Diretoria-Geral em Lisboa, três Diretorias (Lisboa, Porto e Coimbra) e três Inspeções (Faro, Funchal e Ponta Delgada) – e foi permitido o acesso ao cargo de Inspetor – anteriormente delegado apenas a Magistrados

ou licenciados em Direito – a profissionais de carreira, mediante a aprovação num curso de formação específico.

No concerne à investigação criminal propriamente dita, a PJ podia “(...) proceder aos inquéritos, coadjuvar os magistrados judiciais ou do Ministério Público e realizar as diligências por estes requisitadas nos termos das leis de processo.” (Martins, 2004:17). Desta feita, a PJ continuava a ser a única força policial competente para realizar a investigação de crimes graves, ou então que fossem designados pelo Procurador-Geral da República, contudo, também ficava encarregue da criminalidade menor nas diversas comarcas do país.

❖ De 1978 a 1990

Diz-nos Lourenço Martins (2004) que houve uma revisão da Constituição da República Portuguesa pela Lei Constitucional nº 1/82, de 30 de Setembro, que gerou uma repercussão no Código de Processo Penal de 1987⁹ – será explicada mais adiante – e na evolução que, internamente, se ia dando na PJ.

A instrução de processos passou a ser da inteira competência de um juiz, que poderia delegar a outras entidades os atos instrutórios sem colocar em causa os direitos fundamentais dos cidadãos, e o Ministério Público, assim como as autoridades policiais dependentes deste como a Polícia Judiciária, acabaram por ver o seu poder aumentado nos atos de instrução.

Neste sentido, diz-nos o autor que o MP poderia proceder a um primeiro interrogatório do arguido detido, devido à sua evidente posição de supremacia formal no inquérito, assim com a possibilidade de delegação de diligências e atos de investigação. Já no que concerne ao Juiz de Instrução, durante o inquérito, este poderia colocar em prática certos atos como a ordem de detenção, a autorização para busca domiciliária, controlo de correspondência, comunicações telefónicas, etc. Também podia aplicar medidas de coação e de garantia patrimonial, assim como concordar com o arquivamento de processos que sofressem dispensa de pena ou suspensão provisória.

Relativamente à PJ, diz-nos Lourenço Martins (2004) que os poderes da polícia em matéria criminal eram indefinidos ou reduzidos a uma atitude coadjuvante, mas que,

⁹ Aprovado pelo Decreto-Lei nº 78/87, de 17 de Fevereiro, e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1988.

ainda assim, todo o início da investigação de um crime, até chegar à fase de instrução, era realizada pela PJ, com as suas técnicas laboratoriais e profissionais.

“Em conclusão deste balanço de poderes durante a fase de inquérito/investigação pode afirmar-se: o Ministério Público formalmente era o *dominus* da investigação mas na prática, quando se tratava de crimes graves – talvez com excepção de alguma criminalidade de natureza económico-financeira – a verdadeira investigação, mesmo nos momentos em que podia tocar com garantias do arguido era “entregue ou “endossada” aos OPC¹⁰.” (Martins, 2004:25, itálicos no original)

No desenrolar destes acontecimentos, houve um reforço dos poderes do Procurador-Geral da República sobre a Polícia Judiciária, pelo que poderia ordenar inspeções, inquéritos ou sindicâncias e, a partir deles, passou a poder emitir diretrizes ou instruções sobre a atuação da PJ em matéria de prevenção e investigação.

Através do Decreto-Lei nº 21/80, de 29 de Fevereiro, foi criado um Gabinete Técnico de Prevenção que tinha como principal função a execução e divulgação de campanhas e ações específicas de natureza preventiva. Também foi criado o Gabinete de Perícia Financeiro-Contabilística que ajudava na investigação, nomeadamente na realização de análises financeiras, exames contabilísticos e peritagens a escrituras comerciais.

Lourenço Martins (2004) diz-nos também que, pelo Decreto-Lei nº 235/80, de 18 de Julho, nasceu a Direção Central de Combate ao Banditismo (DCCB), que tinha como principais funções a prevenção e investigação da criminalidade de alta violência praticada por grupos armados.

Nesta fase, e tendo em conta que a PJ não se conseguia distanciar dos crimes de pequena gravidade (p. ex. os cheques sem provisão), foi permitido o recrutamento de escriturários-datilógrafos, que trabalhavam enquadrados com pessoal da investigação. Para além disso, é nesta altura que se instala a Escola de Polícia Judiciária onde se encontra hoje.

Alerta-nos o autor para mudanças que se fizeram sentir na PJ com a publicação do Decreto-Lei nº 458/82, de 24 de Novembro, que visavam um impulso na atualização

¹⁰ OPC – Órgão de Polícia Criminal, como por exemplo a Polícia Judiciária.

e reforço das condições de trabalho dentro desta instituição. Neste sentido, foi feita uma reafirmação da inserção da PJ na dependência do Ministério da Justiça, reafirmou-se a fiscalização pelo Ministério Público, estabeleceu-se uma tabela de vencimentos autónoma para o pessoal da investigação, onde o subsídio de risco viria a ser integrado, e considerou-se o nível de habilitações para os agentes de investigação, o curso complementar do ensino secundário, aumentando assim as habilitações de entrada na PJ em relação às anteriores.

Também foram criadas Inspeções em Braga, Setúbal, Aveiro, Leiria, Tomar e Cascais, e duas Subinspeções em Chaves e Portimão.

O Código de Processo Penal de 1987 veio acentuar algumas zonas de conflito entre a Procuradoria-Geral da República, os Magistrados do Ministério Público no terreno e a Polícia Judiciária. Esta discussão andou em volta das competências do MP e da PJ e se a PJ deveria poder ter autonomia técnica na investigação, e gerou-se porque “Argumentava-se *contra* a denominada «autonomia técnica», dizendo que a Polícia Judiciária, situada na dependência orgânica do Ministro da Justiça, acarretava o risco de uma entidade investigadora ao «serviço» dos Governantes no Poder, escolhendo, mais ou menos discretamente, os «timings» dos processos e os adversários a privilegiar.” (Martins 2004:27, itálicos no original)

Neste sentido, a publicação do Decreto-Lei nº 387-H/87, de 30 de Dezembro, pretendia clarificar esta discussão e, sendo assim, repetiu as normas do processo penal e clarificou que a atuação dos órgãos de polícia criminal no processo, ficaria sob a direção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente.

❖ De 1990 a 2000

Lourenço Martins (2004) diz-nos que o Decreto-Lei nº 205-A/90, de 21 de Setembro, revela que a discussão sobre a autonomia da PJ ainda não estava encerrada. Ora vejamos:

- A atualização segue a linha reformista dos diplomas anteriores, sendo que a PJ se mantém integrada no Ministério da Justiça;
- A dependência funcional em relação às autoridades judiciárias permanece igual aos termos estabelecidos no Código de Processo Penal;

- Os poderes diretivos da dependência funcional anteriormente referida, devem operar de forma a garantir a legalidade da investigação, aliado aos conhecimentos teórico-práticos da PJ para que isso aconteça;
- O Procurador-Geral da República vê a sua capacidade de intervenção aumentada, nomeadamente no que concerne à definição de objetivos a executar pela PJ no combate à criminalidade;
- São criadas direções centrais de: Investigação do Tráfico de Estupefacientes, Investigação da Corrupção, Fraudes e Infrações Económico-Financeiras;
- Há uma passagem das subinspeções a inspeções e cria-se a Inspeção de Évora;
- A Diretoria-Geral passa a ter como assessores os Gabinetes Técnico Disciplinar, de Planeamento, e de Apoio Técnico, assim como pelo Serviço de Equipamento, Armamento e Segurança;
- A Escola de Polícia Judiciária é convertida no Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais;
- O acesso a uma categoria superior na hierarquia da PJ é mantido, sendo que se dá preferência ao mérito em relação à antiguidade;
- O vencimento do pessoal de investigação criminal mantém-se aproximado ao dos Magistrados, embora o subsídio de risco tenha terminado.

Desta feita, diz-nos Lourenço Martins (2004), a PJ volta a ser vista como um órgão auxiliar de administração da justiça, contudo, a autonomia desta força policial continua a ser tratada com pinças. Não obstante, é-lhe reconhecida capacidade e passa a suportar a investigação da criminalidade significativa e não só.

Relativamente à relação entre a PJ e o MP, não é concedida à PJ a autonomia técnica para investigar, mas é-lhe concedida a autonomia organizacional técnico-tática e estratégica. Segundo o autor, a PJ, enquanto órgão de polícia criminal, “(...) aparece comprimida entre a posição de obediência servil à autoridade judiciária (...) e o imperativo da imaginação e da subtileza de actuação características de qualquer eficiente entidade investigatória (...)” (Martins, 2004:30).

Lourenço Martins (2004) diz que, com o Decreto-Lei nº 81/95, de 22 de Abril, foram criadas brigadas anticrime e unidades mistas de coordenação, integradas pela Polícia Judiciária, pela Guarda Nacional Republicana, pela Polícia de Segurança Pública, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pela Direção-Geral das Alfândegas.

Esta coordenação e trabalho conjunto, visavam a prevenção e investigação do tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas. Para terminar, o autor diz-nos que a coordenação e direção estratégica e tática das unidades de coordenação e intervenção cabia à Polícia Judiciária, sendo que a formação destas unidades era feita no Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

❖ De 2000 a 2004

Tendo em conta que este texto de Lourenço Martins já é algo datado, tendo sido publicado em 2004, a atualidade das informações seguintes já pode ter sido um pouco alterada, contudo, é importante referir que esta perspetiva crítica é importante para perceber a evolução da polícia e da organização judiciária, em termos gerais, desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, até à contemporaneidade¹¹.

Feito este pequeno apontamento, Lourenço Martins (2004) fala-nos da publicação da Lei nº 21/2000, de 10 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal), em que é referido o seguinte:

- A direção da investigação pertence à autoridade judiciária, assistida pelos órgãos de polícia criminal que nela atuam;
- Mantém-se a hipótese de despachos de delegação de natureza genérica, prevista no nº 4 do artigo 270º do Código de Processo Penal;
- As investigações e os atos delegados pelas autoridades judiciárias, são realizados pelos órgãos de polícia criminal competentes para o efeito;
- Há uma tentativa de clarificar a autonomia técnica e a autonomia tática, sendo que a primeira assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e de métodos adequados para agir, e a segunda consiste na opção pela melhor via e o momento em que é efetivada esta opção;
- Os órgãos de polícia criminal impulsionam e desenvolvem as diligências legalmente admissíveis, sendo que a autoridade judiciária pode intervir no processo;
- A PJ passa apenas a tratar da investigação da criminalidade mais grave (algo que já ansiavam desde 1977), sendo os outros tipos de criminalidade atribuída aos restantes órgãos de investigação criminal;

¹¹ Para detalhes mais atuais sobre a Polícia Judiciária e o Sistema Judicial, ver Abreu (2007).

- A PJ passa a ser a ponte entre os órgãos e autoridades de polícia criminal portuguesas, e dos outros serviços públicos nacionais, com as organizações internacionais de cooperação de polícia criminal – INTERPOL e EUROPOL;
- A PJ passa a assegurar os recursos nos domínios da centralização, tratamento, análise e difusão da informação relativa à criminalidade participada e conhecida a nível nacional, assim como da perícia técnico-científica e da formação específica necessários à sua atividade e ao apoio dos restantes órgãos de polícia criminal.
- É instituído o Conselho Coordenador dos órgãos de polícia criminal de competência genérica – PJ, PSP e GNR – presididos pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Administração Interna;
- O Presidente do Conselho Superior da Magistratura e o Procurador-Geral da República podem, por iniciativa própria ou a convite, participar nas reuniões do Conselho;
- O Conselho Coordenador tem como funções a articulação entre os diferentes órgãos de polícia criminal, assim como garante a adequada coadjuvação das autoridades judiciárias;
- O Conselho pode pedir ao Procurador-Geral da República que adote providências para uma eficaz ação de prevenção e investigação criminais;
- Em certos momentos, a GNR e a PSP designam oficiais de ligação junto da PJ;
- Remeteu-se para diploma próprio a regulação do conteúdo, funcionalidades, deveres de cooperação e articulação com as autoridades judiciárias e entre os órgãos de polícia criminal relativamente ao Sistema Integrado de Informação Criminal;
- Mantém-se as brigadas anticrime e as unidades mistas anteriormente referidas;
- E em portaria, seria definido o calendário de transição de competências da Polícia Judiciária para a Polícia de Segurança Pública em Lisboa, Porto, Setúbal e Faro.

Surge então uma Nova Lei Orgânica da Polícia Judiciária, aprovada pelo Decreto-Lei nº 275-A/2000, de 9 de Novembro. O objetivo aqui, segundo autor, era desenvolver o sistema estabelecido pela Lei de Organização da Investigação Criminal, com especial preocupação com a centralização e operacionalidade da informação criminal.

Pretendia-se também uma melhor cobertura nacional e é introduzida a exigência de uma licenciatura adequada (35% em Direito) para o ingresso na carreira de investigador criminal como Inspetor. A nomeação do Diretor Nacional também podia provir do quadro interno de Assessores de Investigação Criminal e de Coordenadores Superiores de Investigação Criminal.

Com esta Lei, o Ministério Público deixou de poder ordenar inspeções, inquéritos e sindicâncias na PJ, poderes que passaram para o Ministro da Justiça, contudo, continuava a poder solicitar informações sobre a atividade processual no exercício das suas competências.

Com a Lei nº 103/2001, de 25 de Agosto, as autoridades de polícia criminal podem ordenar um conjunto de perícias, revistas e buscas, apreensões e a detenção fora do flagrante delito em certos casos, não obstante de ter que se comunicar à entidade judiciária competente e da apresentação do detido dentro dos prazos legais.

Segundo o Lourenço Martins (2004), o Decretos-Lei nº 304/2002 e o Decreto-Lei nº 305/2002, ambos de 13 de Dezembro, introduziram alterações devido às novas formas de criminalidade, nomeadamente financeira. É então criado o Departamento Central de Prevenção e Apoio Tecnológico e a Unidade de Informação Financeira.

À Unidade de Informação Financeira competia a recolha e tratamento de informação sobre atuações de natureza criminal, por forma a prevenir ou combater os crimes de branqueamento de capital e crimes tributários mais graves (valores superiores a 500 000€). Já o Departamento Central de Prevenção e Apoio Tecnológico tinha como funções a pesquisa e vigilância de atividades, pessoas e locais suspeitos, desenvolver ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, e atuar, ao nível da cooperação judiciária internacional em matéria penal, nas entregas controladas ou vigiadas, a pedido de um Estado estrangeiro.

O Decreto-Lei nº 93/2003, de 30 de Abril, veio proceder à regulamentação das condições de acesso recíproco, tanto pelo PJ como pelos órgãos de administração tributária, às bases de dados informatizadas e manuais, algo que se irá realizar através da Unidade de Informação Financeira.

Este acesso é controlado, as consultas têm que ser registadas e esse registo deve conter a identidade e categoria profissional do requisitante, a identificação do inquérito em curso, a identificação do sujeito passivo objeto da consulta, os dados fornecidos pelo

sistema e a identidade de quem efetuou a consulta e transmitiu a informação. Finalmente, estas consultas são objeto de auditorias técnicas anuais efetuadas pelas autoridades competentes.

Podemos notar, ao longo deste texto, que houve mudanças significativas tanto para a Polícia Judiciária, como para o Ministério Público e os restantes órgãos de polícia criminal. Uma das mais significativas foi precisamente esta autonomia que a PJ adquiriu a partir dos anos 2000, contudo, conseguimos perceber que não é uma autonomia concreta na assunção da palavra pois continua dependente do Ministério Público noutras questões¹².

Metodologia

No que concerne à componente metodológica deste estágio, o objeto metodológico centrou-se na análise de 24 entrevistas realizadas entre 2008 e 2017, num primeiro momento, pela conservadora responsável do Museu de Polícia Judiciária (MPJ), Doutora Leonor Sá, conjuntamente com o Inspetor Carlos Ademar, e posteriormente até ao término das mesmas, unicamente pela Doutora Leonor Sá.

As entrevistas são direcionadas para a história oral e foram previamente gravadas no MPJ a aposentados da Polícia Judiciária com posições diversas na hierarquia. Estas entrevistas foram gravadas em vídeo, obedecendo a um guião de entrevista previamente estabelecido.

Apesar de no conjunto total perfazer 24 entrevistas, porque duas delas foram feitas aos mesmos indivíduos, foram então analisadas 24 entrevistas relativas a um total de 22 indivíduos.

É importante referir ainda que, apesar de me terem sido disponibilizadas as 24 entrevistas, só pude fazer uso de 22, porque uma delas tem muitas interferências a nível sonoro¹³, o que a tornou impossível de compreender, e a outra porque não foi encontrada a autorização assinada pelo entrevistado para o uso da mesma. Neste sentido, o meu objeto de estudo foram 22 entrevistas analisadas, referentes a apenas 20 indivíduos.

¹² Para mais detalhes sobre o papel da PJ no Sistema de Justiça atualmente, ver Teodósio Jacinto (2009).

¹³ Nesta entrevista, apesar do som ter sido trabalhado informaticamente por uma equipa pertencente à Polícia Judiciária, acabou por continuar muito impercetível e de difícil compreensão devido ao eco e aos ruídos de fundo.

Este “Projeto de História Oral” do Museu de Polícia Judiciária, teve a sua primeira entrevista gravada a 10 de Abril de 2008, sendo que a última entrevista gravada que me foi disponibilizada, data de 27 de Janeiro de 2017, compreendendo assim um período de 9 anos desde que o “Projeto de História Oral” teve o seu início.

No que concerne ao trabalho desenvolvido durante o período de estágio no MPJ, inicialmente comecei por desenvolver um código numérico e de cores¹⁴ para melhor identificar, na entrevista em vídeo, os momentos referentes a cada tópico do guião. Este código foi utilizado em duas das três fases que irei descrever em seguida. À primeira fase do trabalho, chamei de “Tematização”. Esta fase consistiu numa sistematização ao minuto das entrevistas realizadas, obedecendo aos temas centrais previamente definidos no guião de entrevista, ou seja, para cada entrevista era feito um documento Word, onde encontrávamos o intervalo de minutos da entrevista onde determinado tópico era abordado. Após identificado esse intervalo, este era anotado e era-lhe atribuído o respetivo código numérico e de cores.

Numa segunda fase, a qual chamei de “Transcrição”, nada mais é do que aquilo que a própria palavra indica: trata-se da transcrição, em bruto, de todas as entrevistas disponibilizadas, fazendo menção aos silêncios e às expressões dos entrevistados.

Na terceira e última fase, a qual chamei de “Tratamento”, como o próprio nome indica, cinge-se ao tratamento das entrevistas transcritas. Durante esta fase são eliminadas as repetições de palavras ou frases – na sua maioria devido à construção do pensamento, por parte do entrevistado, no ato da entrevista – e o português é corrigido por forma a que se torne um texto mais fácil de ler e compreender. Nesta última fase também é utilizado o código numérico e de cores como aconteceu na primeira fase, desta feita para ter acesso a tudo o que foi dito pelo entrevistado quando fala de determinado tópico do guião de entrevista.

Foram elaboradas duas listas semelhantes, contendo as informações dos entrevistados, sendo que o que as distingue é o facto de uma estar ordenada por ordem alfabética e a outra estar ordenada pela ordem em que cada um dos entrevistados teria entrado para a Polícia Judiciária, indo do mais antigo para mais recente.

Uma técnica metodológica utilizada para a análise das entrevistas foi a *análise de conteúdos*, que consiste numa perspetiva quantitativa, analisando numericamente a

¹⁴ Ver Anexo 1.

frequência de determinados acontecimentos referidos nas entrevistas, o que me permitiu fazer uma análise do discurso, desta feita qualitativa, para que pudesse retirar determinadas conclusões.

No que se refere a dificuldades sentidas durante o período de estágio, e que pudessem pôr em causa o bom desempenho ou funcionamento durante este período, estas cingem-se a duas. A primeira e mais fulcral, é referente às próprias entrevistas, ou seja, em algumas das entrevistas o áudio não era o melhor, isto porque havia barulhos exteriores que tornavam de difícil compreensão a entrevista, ou até mesmo pela fraca dicção de alguns entrevistados que, tratando-se de pessoas com uma certa idade, nem sempre falavam da forma mais compreensível possível. Quando estes dois fatores estavam aliados na mesma entrevista, tratava-se de um verdadeiro desafio conseguir fazer a transcrição da mesma, tendo que voltar inúmeras vezes atrás na gravação para conseguir compreender o que era dito.

A segunda e última dificuldade que senti, já tem a ver com condições técnicas, ou seja, o computador que me foi disponibilizado no MPJ para a realização do trabalho anteriormente descrito, tratava-se de um equipamento com alguns anos que não funcionava da forma mais rápida e desejável, sendo que chegou a bloquear muitas vezes por não conseguir executar 3 tarefas simples ao mesmo tempo, como ter simultaneamente abertas uma página de Internet, uma página do *Microsoft Word* – onde era feito o registo das entrevistas –, e o *Windows Media Player*, que lia o CD-ROM da entrevista. Este fator tornou-se muitas vezes um incómodo na realização do trabalho pois era preciso estar à espera alguns minutos – algumas vezes 15 a 20 minutos – para que o computador voltasse ao normal.

O revés das dificuldades sentidas, prende-se com o facto de não ter tido tempo útil de estágio para proceder à análise das entrevistas – por forma a criar pontes entre os diversos entrevistados – como inicialmente planificado, algo que só pôde ter sido realizado numa fase posterior ao término do estágio.

Tirando estas dificuldades técnicas, sempre me senti apoiado no trabalho desenvolvido, tanto pela conservadora do Museu de Polícia Judiciária, Doutora Leonor Sá, como pela responsável da biblioteca da Escola de Polícia Judiciária, Doutora Teresa Castro, e assim como pelo responsável do Centro de Documentação e Arquivo Geral da Polícia Judiciária, Doutor Nuno Correia Silva.

Análise das entrevistas

A análise que se irá fazer incide em 22 entrevistas gravadas. Trata-se de uma análise genérica e que irá buscar pontos de ligação entre o que foi dito pelos entrevistados e todo o corpo teórico anteriormente redigido.

Das 20 pessoas entrevistadas¹⁵, 12 delas – excluindo o Inspetor D.P.C. e incluindo o Inspetor G. A. – entraram para a Polícia Judiciária (PJ) antes da Revolução de 25 de Abril de 1974. Dessas 12 pessoas, 5 ainda exerceram funções, enquanto agentes da PJ, no antigo edifício da Polícia de Investigação Criminal (PIC), no Palácio do Torel, em Lisboa. Só em 1958 é que as instalações da PJ passam definitivamente para a Rua Gomes Freire. De salientar que, uma sexta pessoa, o Inspetor J. M. A. M., ainda exerceu funções como agente da Polícia de Investigação Criminal em Moçambique, que, nesta ex-colónia portuguesa, só obteve a designação de Polícia Judiciária em 1960.

Em 1958, dá-se a passagem da PJ do Palácio do Torel, junto ao Campo Santana, para o edifício na Rua Gomes Freire, contudo, enquanto o edifício da PJ estava a ser concluído, decorria o ano de 1957, começaram a funcionar nas suas instalações a Escola de Polícia Judiciária (EPJ) e o Laboratório de Polícia Científica (LPC). Em 1980, a EPJ deixa de funcionar nas instalações da Rua Gomes Freire e passa a funcionar na Quinta do Bom Sucesso – Barro, em Loures. As últimas alterações que se fizeram às instalações da PJ, levaram a uma renovação e expansão do edifício na Rua Gomes Freire, sendo que a inauguração das novas instalações se deu em 2014.

É importante referir que, antes de 1957 e da EPJ ter sido criada, as provas de acesso à PJ eram feitas no Palácio do Torel. Relativamente às técnicas científicas de investigação, estas ainda eram muito incipientes, contudo, já contavam com alguns cursos de impressões digitais, alguns exames de balística, registos fotográficos, os lofoscopistas¹⁶ e um Arquivo de Identificação¹⁷ onde era feito o registo dos criminosos.

¹⁵ Ver Anexo 2.

¹⁶ Investigadores ligados às ciências-forenses, que examinam as impressões digitais, sejam da ponta dos dedos, da palma das mãos ou da planta dos pés, e que posteriormente são utilizadas na identificação médico-legal.

¹⁷ Mais tarde obteve a designação de ARI – Arquivo de Registo e Informações e, posteriormente, teve a designação de ACRI – Arquivo Central de Registo e Informações. Estes eram arquivos manuais, sendo que hoje em dia está tudo informatizado.

Os outros 8 entrevistados entraram após a Revolução de 25 de Abril de 1974, sendo que o registo indica que o último se aposentou em Abril de 2006.

Entre estes oito entrevistados encontra-se a primeira mulher a entrar para a PJ¹⁸ – a Assessora de Investigação Criminal M. L. T. F. – cuja data de entrada para os quadros da PJ data de 2/9/1974 e a sua aposentação tomou lugar em Março de 2006. Este é o único registo feminino obtido na totalidade das entrevistas.

Apesar destes entrevistados estarem reformados das suas funções na Polícia Judiciária, alguns continuaram a ter atividade profissional quando passaram à vida civil, porque, como podemos constatar através das datas de nascimento e das datas de saída da PJ, alguns deles estavam ainda em idade ativa (ver anexo 2). De salientar que cerca de metade dos entrevistados, apesar de não se terem reformado dentro da PJ, acabaram por fazer o seu percurso profissional em áreas relacionadas com a Lei ou com o Direito, tornando-se Juízes ou Advogados, ou então em áreas de segurança como o Serviço de Informações de Segurança (SIS) ou nos serviços de segurança de instituições bancárias. De entre todos os entrevistados, excetuando 2 que não disseram qual a atividade profissional que exerceram até à sua reforma após saírem da PJ, houve 1 que seguiu um caminho distinto, tendo-se reformado como empregado da TAP. Não obstante, muitos deles, cerca de metade, fizeram todo o seu percurso profissional dentro da instituição.

❖ **Casos mais relevantes**

No decorrer da análise destas entrevistas, e entre os inúmeros casos que foram relatados, há 3 casos que levantaram especial interesse na redação deste relatório e no seu contexto geral, não só pelo mediatismo que tiveram, mas também para percebermos algumas relações existentes na conjuntura da época.

O primeiro caso que irei abordar, trata-se de um caso que deu origem a um livro e a um filme com o mesmo nome *A Balada da Praia dos Cães*¹⁹. Este caso diz respeito ao homicídio do Capitão Almeida Santos, cujo corpo foi encontrado na praia do

¹⁸ Para mais detalhes sobre a entrada de mulheres para a Polícia Judiciária e para as outras forças policiais, ver Susana Durão (2017).

¹⁹ Romance: Cardoso Pires, José. 2008 [1982]. *A Balada da Praia dos Cães*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote Filme: Realizador José Fonseca e Costa 1986, 86 minutos. Disponível em <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/615/Balada+da+Praia+dos+C%C3%A3es> (acedido a 26/9/2018)

Guincho²⁰ em 1960. O nome que deu origem ao livro e ao filme, vem precisamente do fator que levou à descoberta do corpo, em parte, tapado por areia. Foram cães vadios que o encontraram e chamaram a atenção de pescadores que alertaram as autoridades. A PJ foi informada da descoberta do corpo e um dos inspetores que participou no caso – Subinspetor A. N. S. –, viria a ser fundamental para a sua resolução, tornando-se, nas palavras do próprio, o “herói da história”.

Dando conta da dimensão e importância da operação, A. N. S. diz-nos que “Estava uma secção de Guarda Republicana comandada por um Tenente, estava o Diretor, estava o Estado Maior da Polícia – Diretor, Subdiretor, Inspetor Adjunto o Garcia Domingues, e estava 2 chefes de brigada, o titular da ação, quer dizer, das investigações aliás, que era um tal chefe S., e o tal G. S. (...)” A operação desenrolou-se em Sintra, onde estavam, segundo as palavras do Subinspetor A. N. S., dois dos autores do crime – sendo que 1 deles era Cabo do Exército –, os quais o Subinspetor acabou por deter sozinho.

Este caso é particularmente interessante pois conseguimos perceber certas questões já anteriormente abordadas. Primeiramente, tratando-se de um caso de atividade criminosa grave envolvendo um homicídio, competia à PJ investigar. Depois, tendo em conta a dimensão militar porque a vítima era oficial do exército, há aqui, de certa forma, um “tratar com pinças” no que concerne ao tratamento do processo de investigação. A outra questão interessante, aqui um pouco mais como curiosidade, foi uma técnica utilizada pelo LPC para a identificação do corpo. Na altura ainda não havia recolha ou análise de ADN, pelo que a forma mais fácil e fiável de identificar alguém era através das impressões digitais. Acontece que, como o corpo estava na praia há alguns dias, coberto de areia e a exposto à salinidade da beira-mar, foi impossível recuperar estas impressões digitais pois a epiderme estaria a soltar-se da derme. A técnica utilizada consistiu em, com a ajuda de um bisturi, cortar a pele junto ao pulso e puxar, tendo obtido uma espécie de “luva de pele”²¹. Foi com esta “luva” que acabaram por conseguir retirar as impressões digitais e fazer o reconhecimento do corpo do

²⁰ Para mais detalhes, ver: NEVES, Francisco Correia das. *O crime do Guincho: a investigação, o tempo e a morte do capitão Almeida Santos contados pelo inspetor / Francisco Correia das Neves*. - [Beja]: Ed. do a., 2004. - 100 p.; 24 cm.

²¹ Segundo alguns relatos dos entrevistados, ainda existe uma fotografia de um dos lofoscopistas com a “luva” calçada.

Capitão Almeida Santos, recorrendo ao ARI. Este trabalho científico foi feito por uma dupla de lofoscopistas, da qual fazia parte o Inspetor-Chefe L. M. J. C.

O segundo caso que suscita especial interesse, tem a ver com o primeiro grande crime de cheques visados que houve em Portugal, praticado por um grupo de 4 ou 5 indivíduos, cujo chefe era francês e os restantes elementos eram espanhóis. O crime é particularmente interessante porque este grupo, após burlar os bancos, acabou por fugir para Espanha. Ora, como o crime aconteceu nos meados dos anos 1960, quem detinha as relações internacionais com a INTERPOL era a PIDE, pelo que a PJ entrou em contacto com a PIDE para que pudessem capturar os criminosos a Espanha. Como a PIDE não dava qualquer resposta, um Inspetor convenceu o Diretor que autorizasse a operação em Madrid para capturá-los, com a ajuda da PJ espanhola e em colaboração com a INTERPOL, posteriormente notificada pela PIDE. Quando lá chegaram, a PJ espanhola não tinha nenhuma informação da PJ portuguesa porque a PIDE não tinha enviado qualquer tipo de documento à INTERPOL em Paris, ou seja, tinha omitido a informação relevante que levava à captura dos criminosos. Contudo, os autores do crime acabaram por ser presos pois a PJ portuguesa forneceu os documentos necessários (uma lista com telefonemas) ao término da investigação.

Este caso mostra que existiam dificuldades de comunicação interinstitucional entre a PJ e a PIDE. Existiria alguma interdependência e sobreposição de esferas de ação que geraria competição. É perceptível nos relatos a convicção de que a PIDE teria alguma “inveja” da PJ devido ao sucesso que tinham na resolução de crimes graves e com importância social. Nas palavras do Inspetor F. G. D. S., subentende-se que a PIDE poderia mesmo boicotar o trabalho da PJ: “Não, então a gente mandou o ofício a dizer: Queira você transmitir a Paris, para a INTERPOL, isto assim e assim. E lá vinham os telefonemas, os telefones que eles não mandaram. Para a gente não brilhar.”, porque os serviços da PIDE “Fizeram o contacto, mas omitiram os dados que permitiam chegar aos autores do crime.”

O último caso, talvez o mais mediático e marcante no conjunto dos três, é o caso Camarate, relacionado com a morte do antigo Primeiro-Ministro e líder do PPD (atualmente PSD) Francisco Sá Carneiro, o Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa e os seus acompanhantes que se dirigiam ao Norte do país em Dezembro de 1980, num período de campanha eleitoral para a Presidência da República. Este caso é bastante interessante porque só foi investigado 6 anos após a ocorrência e porque subsistem

dúvidas em relação às causas da queda do avião. Existe a possibilidade de se tratar de acidente devido ao mau tempo ou a uma falha técnica ou humana, contudo, o Técnico Superior Principal J. M. M. A., quando analisou as roupas que foram encontradas no local, acabou por descobrir, com a ajuda de outros investigadores, que existiriam compósitos de explosivos.

Outro dado importante é o facto de J. M. M. A., em conjunto com outros investigadores, terem ido a Inglaterra para que se fizessem testes específicos para a detecção de explosivos ou compósitos de explosivos nessas mesmas roupas. Inicialmente, a equipa inglesa que analisou o material recolhido no local, concluiu que haveria vestígios de explosivos, contudo, pouco tempo depois, enviou uma carta a dizer que se tinham enganado e que não tinham encontrado nada de relevante.

Para J. M. M. A., a investigação que apontava para a possibilidade de um atentado: “(,,,) ia um pouco contra a tese do Ministério Público desde o começo que dizia que (risos) o caso tinha sido um acidente, que o avião estava velho, etc...”, contudo, “(...) tudo indica que aquilo não foi contra o Primeiro-Ministro Sá Carneiro mas era contra o Ministro da Defesa Amaro da Costa, que estava a investigar uns casos de desvio e venda de armamento para países... Iraque, Irão e etc., foi por elementos militares.”.

Neste caso em particular parece existir suspeitas de interferência política para que o caso se mantenha nebuloso de modo a que não seja possível concluir a investigação apesar dos esforços da PJ e, em especial, do LPC. Talvez a justiça e a política andem, muitas vezes, de mão dada, mas nem sempre trabalhem em conjunto para a descoberta da verdade.

❖ **A relação da PJ com a PIDE**

As relações que a PIDE mantinha com a PJ eram algo distantes e de pouca cooperação. Segundo L. M. J. C. e outros entrevistados, os agentes da PIDE ganhavam muito mais que os agentes da PJ, mas acabavam por socializar em bares ou boates onde os agentes da PIDE tinham sempre uma “garrafa de whiskey” reservada. Frequentariam os mesmos locais, mas tinham estatutos e capacidades financeiras diferenciadas.

Algo que demarca bem esta separação de relações entre a PJ e a PIDE, é o facto de, como nos diz F. G. D. S., a PIDE ver a PJ como lacaios e querer todos os “louros” das investigações que realizavam em “conjunto” para ela, o que, naturalmente, gera

algum desconforto nos agentes da PJ apostados em dar o seu melhor em prol da sociedade e da instituição a que pertenciam. Digo em “conjunto” porque a PIDE é que detinha a jurisdição internacional das investigações, pelo que era a representante da INTERPOL em Portugal, facto salientado por F. C. N. Como F. D. A. nos diz, era a PIDE que tinha competência, por exemplo, para a extradição de pessoas, independentemente de a investigação ter sido conduzida e finalizada pela PJ. Este exemplo permite entender o paralelismo e complementaridade entre as esferas de atuação da PIDE e da PJ e perceber o desconforto que causava saber que depois de um trabalho bem feito, que frequentemente implicava muito esforço e risco, a PIDE poderia recolher os “louros” da investigação.

Para além de a PIDE ser a entidade responsável pelas relações internacionais F. G. D. S. dá-nos conta de um outro aspeto que diferenciava a PIDE da PJ e gerava um outro fator de diferenciação para os agentes de cada uma das instituições. As formações no estrangeiro, principalmente nos EUA, só eram frequentadas por agentes da PIDE. A primeira formação que a PJ fez nos EUA, foi em 1973, relacionada com estupefacientes, quando a PIDE se transformou em DGS, durante a “Primavera Marcelista”.

Segundo A. J. S., a ligação entre agentes da PJ e agentes da PIDE, mesmo existindo, devido à necessária colaboração entre estas duas forças policiais, nem sempre era a melhor. F. D. B. refere que o concurso para ser agente da PIDE, exigia habilitações literárias superiores às da PJ, pelo que muitas pessoas acabavam por ir para a PJ por não reunirem as condições necessárias para se candidatarem à PIDE. No entanto, muitos agentes da PJ foram recrutados pela PIDE, beneficiando da melhoria salarial que essa mudança de instituição lhes proporcionava. Sobre este assunto A. A. P. S. C. afirma que, na generalidade, os agentes que transitavam da PJ para a PIDE, eram maus investigadores, à exceção de um que, de facto, teve um papel importante dentro da PIDE.

O contrário também se verificava, embora mais raramente por razões óbvias. A. A. P. S. C. menciona um caso inverso, em que um agente da PIDE, por não gostar do trabalho que desempenhava, acabou por ir para a PJ, mesmo a ganhar menos. Talvez este facto esteja relacionado com o que nos diz J. M. A. M., pois “(...) a PIDE tinha processos de fazer deitar cá para fora o que havia e o que não havia (...)”, reforçando aqui algum desconforto em relação a métodos de tortura utilizados pela polícia política durante os interrogatórios.

No que toca ao relacionamento entre a PJ e a PIDE, para além das relações interpessoais, as ideologias políticas dos agentes da PJ nem sempre eram tão próximas do regime. Embora sem grande intensidade, F. D. B. e F. G. D. S referem a existência pontual de informadores da PIDE dentro da PJ. A. N. S., admite que havia agentes da PJ afetos ao regime. F. D. B. diz-nos que havia agentes da PJ que eram, assumidamente, da Legião Portuguesa. À Legião Portuguesa, criada no período da Guerra Civil de Espanha, através do Decreto-Lei nº 27.058, de 30 de Setembro de 1936, podiam pertencer indivíduos de ambos os sexos, que tivessem mais de 18 anos de idade e que jurassem servir a Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo. A Legião Portuguesa acabou por ser desfeita no dia da Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974. Sabia-se também que alguns agentes eram ideologicamente próximos da Esquerda e outros da Direita. A PJ não tinha funções políticas, ao contrário da PIDE, e todos os entrevistados enfatizam a especificidade do carácter profissional e técnico da sua função dentro da PJ. Reiteraram também que as relações interpessoais dentro da PJ, eram de profissionalismo e respeito.

Aos olhos da população, segundo F. G. D. S., a PJ não era conotada politicamente, o que lhe conferiria um enorme prestígio. No dia 25 de Abril de 1974, o portão das instalações da PJ, na Rua Gomes Freire, esteve aberto durante todo o dia e não se verificaram quaisquer incidentes. Segundo alguns dos entrevistados, apesar de não terem tido praticamente trabalho nenhum nesse dia, a instituição continuou com as suas funções e no ativo no decorrer do dia da Revolução.

F. D. A. afirma que, após a Revolução de 25 de Abril, os militares que exerciam cargos na função pública e que estavam conotados como afiliados, ou agentes, da PIDE, não tiveram grandes problemas com a Junta de Salvação Nacional²², pois segundo o próprio “(...) nos militares ninguém tocava (...)”.

Contudo, segundo o que nos diz F. G. D. S., dentro da PJ houve bastantes saneamentos. Após o golpe de 11 de Março de 1975 – foi uma tentativa de golpe de estado dirigida por António Spínola –, todos os funcionários que pertenciam à Legião Portuguesa ou que estavam conotados com o regime, foram saneados. No entanto, após

²² A Junta de Salvação Nacional foi um grupo de militares designados para sustentar o Governo Português em Abril de 1974, após o golpe de estado que derrubou o Estado Novo. Esteve em funcionamento entre 26 de Abril de 1974 e 16 de Maio desse ano. Apesar de não possuir o mesmo poder executivo, continuou a exercer funções até ser completamente extinta a 11 de Março de 1975.

o golpe de 25 de Novembro desse ano – tentativa de golpe militar conduzido por uma facção das Forças Armadas, cujo fracasso resultou no fim do processo revolucionário em curso e permitiu que se instalasse uma democracia em Portugal –, grande parte dos funcionários que tinham saído, acabaram por voltar aos seus cargos dentro da PJ.

Com a extinção da PIDE, segundo A. J. S., a Junta de Salvação Nacional queria que o serviço de estrangeiros e fronteiras passasse a ser da competência da PJ, contudo, devido ao seu pequeno contingente e às atribuições da PJ, esse serviço foi entregue à Guarda Fiscal²³ que tinha já competências aduaneiras de vigilância de fronteiras. Para além disso, a Junta de Salvação Nacional ordenou a captura de todos os agentes da PIDE que fugiram, ou tentaram fugir, após a queda do regime, para serem presentes a julgamento. Como aconteceu no caso anterior, queriam atribuir essa tarefa à PJ, no entanto, mais uma vez devido ao seu diminuto contingente (esta tarefa foi realizada pela GNR, PSP e Guarda Fiscal que tinham contingentes bastante superiores), a PJ ficou apenas encarregue de receber os agentes que se apresentassem voluntariamente e de encaminhá-los para o Quartel General ou para outro sítio previamente designado.

❖ **Memória e esquecimento**

Na introdução deste trabalho, referi que um dos objetivos a ter em conta, seria a realização da análise das entrevistas tendo como perspetiva o conceito de *memória* e também de *esquecimento*. A memória é um processo seletivo e subjetivo, pelo que é interessante vermos a forma como certos assuntos são abordados pelos entrevistados, que se lembram muito bem de alguns acontecimentos, e se esquecem ou evitam falar noutros.

De uma maneira geral, sabemos que a *memória* é a capacidade de adquirir, armazenar e recuperar informações, ao passo que o *esquecimento* é a cessação da memória que se tinha, ou seja, deixa de ser conservada a memória sobre alguma informação que se adquiriu.

²³ A Guarda Fiscal, criada em 1885, acabou por ser extinta pelo Decreto-Lei nº 230/93, de 26 de Junho, passando as suas competências de vigilância e segurança fiscal aduaneira a pertencer à GNR. (http://www.gnr.pt/atrib_UAF.aspx acedido a 29/9/2018). Com a criação do SEF, através do Decreto-Lei nº 440/86, de 31 de Dezembro, este passou a assumir as funções do controlo de estrangeiros e fronteiras (<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=6> acedido a 29/9/2018), ao passo que com a criação da ASAE, através do Decreto-Lei nº 237/2005, de 30 de Dezembro, as funções de fiscalização das atividades económicas, passou a ser da sua competência (<http://asf-asae.pt/asf-asae/historia/> acedido a 29/9/2018)

Numa análise geral aos temas abordados nas entrevistas, que obedecem a um guião devidamente estruturado e facultado previamente a cada um dos entrevistados, percebemos que há memórias que se mantêm inalteradas, e que são descritas sem percalços ou confusões por vários entrevistados, ao passo que há outras que ou estão esquecidas ou são evitadas.

Um dos autores pioneiros e de referência para as questões da memória é Maurice Halbwachs, que estabeleceu a tese de que as pessoas tecem as suas memórias a partir de diversas formas de interação que mantêm com outros indivíduos, ou seja, a memória individual não pode ser distanciada da memória coletiva. Para Maurice Halbwachs (1990) as “(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos.” (Halbwachs, 1999:26). Conseguimos perceber aqui que, independentemente de termos construído memórias sozinhos ou acompanhados, haverá sempre um *trigger* em determinado momento que nos fará recordar certos momentos ou acontecimentos. Esse *trigger* pode ser desencadeado quando nos reunimos com amigos num almoço de convívio, como é várias vezes relatados pelos entrevistados tendo em conta que muitos deles trabalharam juntos e recordam o mesmo, ou pode até ser desencadeado num âmbito de uma entrevista, como as que foram realizadas, onde uma simples pergunta ou linha de pensamento sugerida, pode desencadear o reviver/recordar de determinado momento.

Outro aspeto para o qual o autor nos chama a atenção é o *esquecimento*:

“Frequentemente, é verdade, tais imagens, que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias.” (Halbwachs, 1990:28)

Muitas vezes não conseguimos associar um determinado acontecimento a uma pessoa ou lugar. Esta situação está presente em duas entrevistas distintas, e está diretamente relacionado com o caso da praia do Guincho, pois F. C. N. diz ter participado na resolução do caso e na captura dos autores do crime, mas A. N. S., o “herói” da história, afirma que não houve a colaboração de F. C. N. na resolução deste

caso. Esta peripécia serve apenas de exemplo pois não temos dados que desmintam ou corroborem os 2 entrevistados.

O esquecimento pode estar associado às questões difíceis que foram colocadas. Além disso a maioria dos entrevistados têm uma idade relativamente elevada pelo que os mecanismos da memória apresentam sinais de alguma degradação, remetendo para memórias mais antigas e experiências mais gratificantes. Os temas mais sensíveis suscitados no questionário subjacente às entrevistas, que geram maiores lacunas, prendem-se, essencialmente, com as questões políticas, a relação com a polícia política e as pressões que pudessem ter eventualmente sofrido.

Após uma leitura atenta da transcrição das entrevistas, praticamente todos os entrevistados negaram ter sofrido pressões políticas de qualquer género e que a sua relação com os elementos da polícia política era uma relação de casualidade, onde o contacto entre ambas as forças policiais era quase diminuto. Reafirmam assim, implicitamente, o seu profissionalismo e o rigor e a isenção com que desempenharam as suas funções. No entanto, podemos notar alguma tentativa de “fugir ao assunto”, isto porque, durante o Estado Novo, foi um período bastante conturbado e controlado pelas forças políticas pelo que seria praticamente impossível a qualquer agente de autoridade escapar completamente à ideologia imposta pelo regime. Apesar de não ser abordado especificamente pelos entrevistados, conseguimos perceber que houve algumas pressões sobre agentes da PJ. A conflitualidade latente, talvez até alguma animosidade, entre a PJ e a PIDE, a relação de cooperação mútua quando necessário e a proximidade entre ambas as instituições, para além de alguma convivialidade entre os respetivos agentes, talvez constituíssem um elemento de autocontrolo e/ou de evitamento entre os agentes da PJ.

Outra questão difícil que foi colocada aos entrevistados foi a violência policial. Sendo uma questão com contornos muito delicados, salvo algumas exceções de entrevistados que admitiram terem “dado uma bofetada” durante os interrogatórios, a maioria dos entrevistados negou ter cometido qualquer ato violento (e ilegal) sobre indivíduos que tenham interrogado, e negam ter visto ou ter tido conhecimento de que outros agentes tenham cometido esse tipo de infração.

Tendo em conta que os atos de violência policial em Portugal estão amplamente documentados,²⁴ nota-se algum desconforto e uma “fuga” à pergunta com respostas vagas ou com a negação de terem alguma vez cometido esse delito, ou até de saber que alguém o tenha cometido. Não se trata aqui de *esquecimento*, mas antes de uma obliteração ou “omissão da memória”.

Conclusão

A proposta da Conservadora do MPJ, Doutora Leonor Sá, para trabalhar no “Projeto de História Oral” da Polícia Judiciária, despertou de imediato o meu interesse pois sabia que, tendo em conta que as entrevistas foram realizadas a aposentados da PJ e que muitos deles tinham exercido as suas funções ainda durante o período do Estado Novo, a informação que podia tirar da análise das entrevistas podia ser importante para percebermos a relação da PJ com a polícia política e o regime, assim como as modificações que se deram na sua estrutura após a Revolução de 25 de Abril de 1974.

Ao longo do trabalho desenvolvido durante o período de estágio, e após a análise das entrevistas, conseguimos perceber que existem certos pontos de aproximação e de distanciamento relativamente ao objetivo que tínhamos traçado.

A maior parte dos entrevistados que exerceram funções durante o Estado Novo, salvo algumas exceções de conflitualidade ou falta de cooperação, estabeleceram um discurso de indiferença em relação à polícia política. Quero com isto dizer que, na sua maneira de verem as coisas e pelos discursos que nos foram apresentados, a PJ teria o seu trabalho, nomeadamente na investigação de crimes graves, e a polícia política teria o seu, no que corresponde aos crimes políticos ou aos crimes com relações internacionais. Embora houvesse situações de colaboração pontual, que deram origem a comentários de defesa da PJ porque a PIDE tirava proveito do trabalho feito por agentes da PJ, a maioria do trabalho não implicava qualquer tipo de colaboração entre as duas polícias. Contudo, sabemos através do corpo teórico e da própria História em si, que as relações entre a PJ e a PIDE eram algo mais complexas e, muitas vezes, de alguma

²⁴ Vejam-se, por exemplo, as referências recorrentes à violência policial em Portugal nos relatórios anuais da Amnistia Internacional. Os casos mediáticos recentes não envolvem diretamente a PJ, mas Portugal está ainda longe de atingir um nível de boas práticas no que toca à discriminação racial por parte das forças de segurança que, entre outros aspetos, têm vindo a melhorar graças a uma maior transparência das instituições envolvidas e a uma maior tomada de consciências dos direitos dos cidadãos por parte da população, o que tem vindo a melhorar significativamente as relações entre os agentes de autoridade e a população.

competição e conflitualidade para além de a diferença salarial poder ser um elemento adicional de insatisfação para os elementos da PJ que poderiam, eventualmente, sentir-se de algum modo injustiçados.

Não podemos esquecer que no período em que o Estado Novo esteve no poder, entre 1933 e 1974, foram tempos muito difíceis, de falta de liberdade e de repressão.

Conseguimos perceber que, com as alterações que ocorreram ao longo da História no seio da polícia de investigação criminal, em paralelo com as alterações que ocorreram no seio da polícia política, que as relações de poder exercidas por esta última sobre a primeira, eram relações que criavam atritos e uma sensação de impunidade e de vexame. Não podemos esquecer que, segundo alguns relatos dos entrevistados, para além da falta de cooperação que a PIDE tinha para com a PJ, também existia o fator de a PIDE querer ficar sempre com o reconhecimento das investigações, mesmo estas sendo conduzidas pela PJ em situações específicas.

Naturalmente que falar sobre a polícia política e as relações interpessoais com os seus agentes, é um tema delicado e com o qual os entrevistados não se sentiam muito à vontade. Prova disso é que, em todas as entrevistas, 80% a 90% do discurso que foi tido, prendeu-se essencialmente com as carreiras dentro da PJ e com os casos mais importantes em que tiveram envolvidos. Portugal é um país com taxas de criminalidade relativamente baixas e uma tipologia criminal com especificidades próprias. O escasso número de “casos” relevantes apresentados como emblemáticos poderá ser um reflexo disso e não uma tentativa de ocultação por parte dos entrevistados que, voluntariamente, acederam a participar em algo que representa uma parte significativa da sua vida pessoal e profissional.

As relações interpessoais dentro da PJ, segundo o que todos os entrevistados disseram, eram relações de bastante cooperação e ajuda. Desde os momentos de socialização fora do âmbito de trabalho, à cooperação que tinham na resolução de casos difíceis e que acarretavam um risco elevado, todos os indivíduos são perentórios ao afirmarem que fizeram “amigos para a vida” dentro da PJ. Obviamente que não podemos deixar de salientar que houve alguns casos de “choque” entre elementos da PJ, contudo, são episódios aos quais os entrevistados não deram a mínima importância e que consideram normais dentro de qualquer atividade profissional.

O relacionamento entre os agentes é também referido antes da PIC obter a designação de PJ em 1945. Alguns entrevistados afirmavam que os agentes da PIC eram quase como uma família, pois conheciam-se dentro e fora do âmbito profissional. Já com o “nascimento” da PJ, e com a posterior mudança de instalações do Palácio do Torel para a Rua Gomes Freire, esse relacionamento de familiaridade perdeu-se, começando a cingir-se ao relacionamento profissional. Algumas razões poderão ser apontadas para explicar essa mudança. Por um lado, com a mudança do Torel para a Gomes Freire, a configuração das instalações é muito diferente já que o edifício da PJ é muito grande, o que limita a convivialidade por questões arquitetónicas. Por outro lado, as especificações legais das funções a desempenhar pela PJ foram-se sofisticando, o que obrigou ao recrutamento de mais gente para desempenhar funções cada vez mais diferenciadas em alguns casos muito especializadas. Um maior número de pessoas, a existência de agentes que assumidamente eram da Legião Portuguesa e a suspeita de que haveria agentes da PIDE infiltrados, poderão ser fatores que influenciaram negativamente a densidade das relações entre os agentes da PJ.

Obviamente que todas estas questões são muito relevantes e sensíveis, sendo também verdade que cada entrevistado só contava o que queria e da forma que queria. É uma prerrogativa de qualquer interlocutor. Não podemos fazer qualquer tipo de juízos de valor ou dizer que as informações que forneceram não correspondiam inteiramente à verdade, a verdade não é um valor absoluto e a cada um cabe a sua própria verdade. Mas uma coisa pode ser dita sobre a análise feita às entrevistas: o conceito de *esquecimento* permite perceber as reações a algumas temáticas específicas durante as entrevistas, aliado às reações corporais que iam tendo sobre determinado assunto, seja sobre a PIDE, sobre os colegas de trabalho ou até mesmo sobre os seus superiores hierárquicos.

O período em que realizei o estágio não foi suficiente para me permitir desenvolver todos os aspetos que gostaria de ter abordado. As dificuldades técnicas contribuíram para aumentar essa dificuldade e a transcrição das entrevistas foi particularmente morosa.

De entre as tarefas que considero cumpridas incluo:

- a transcrição integral de todas as entrevistas: aproximadamente 32 horas

- a criação de um código numérico e de cores que facilita a análise das entrevistas (anexo 1):
- o registo numa tabela de todos os elementos relevantes para a caracterização de cada um e do panorama do conjunto dos entrevistados com base na data de entrada na PJ (anexo 2)

No que toca ao que poderia ter feito se o tempo permitisse incluo:

- Uma análise mais abrangente dos dados das entrevistas que me permitisse aprofundar melhor os aspetos contemplados neste relatório e que integrasse outros aspetos como as questões familiares, a perceção do risco inerente à profissão, etc.;
- Uma abordagem conceptual e teórica mais sofisticada em que fosse mais visível o contributo que a Antropologia, a par de outras disciplinas, pode dar para uma melhor compreensão das organizações e das dinâmicas de poder que se estabelecem dentro e fora delas.

Tendo em conta as condições objetivas em que se realizou o estágio e a sua duração, creio ter cumprido as tarefas que me foram propostas com rigor e zelo. Espero que este contributo seja útil para a instituição que tão generosamente me acolheu e para um melhor conhecimento das pessoas que nela trabalharam.

Bibliografia

- Abrams, Lynn. 2010. *Oral History Theory*. New York: Routledge.
- Abreu, Carlos Pinto de. 2007. “As Polícias, a Polícia Judiciária e o Sistema de Justiça Penal”. *Polícia e Justiça* – série III. 8:149-190.
- Palacios Cerezales, Diego. 2017. “A rua e a ordem: A difícil republicanização da polícia portuguesa”. *Polícia e Polícias em Portugal: Perspetivas Históricas*. (Org.) Gonçalo Rocha Gonçalves e Susana Durão, 81-103. Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Borda d’Água, Flávio. 2017. “Breves reflexões sobre a história da polícia em Portugal durante o Antigo Regime”. *Polícia e Polícias em Portugal: Perspetivas Históricas*. (Org.) Gonçalo Rocha Gonçalves e Susana Durão, 5-14. Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Durão, Susana. 2017. “A vez das mulheres na polícia portuguesa (1970-2015)”. *Polícia e Polícias em Portugal: Perspetivas Históricas*. (Org.) Gonçalo Rocha Gonçalves e Susana Durão, 137-160. Lisboa: Editora Mundos Sociais
- Halbwachs, Maurice. 1990 [1950]. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.
- Jacinto, Teodósio F. 2009. “O papel da Polícia Judiciária no sistema de justiça”. *Revista do Ministério Público*. 120:45-147.
- Martins, A. G. Lourenço. 2004. “Organização Judiciária e Policial: Evolução e Crítica”. *Polícia e Justiça* – série III. 3:13-51.
- Pereira, Artur e Silva, Nuno. 2012. “Elementos para a história da Polícia de Investigação Criminal – século XIX a 1945”. *Investigação Criminal*. 4:10-49.
- Pimentel, Irene Flunser. 2011. “A Polícia Política do Estado Novo Português – PIDE/DGS: História, justiça e memória”. *Acervo*. 24(1):139-156.
- Sá, Leonor. 2012. “Polícia de Investigação Criminal versus Polícia Política durante a Primeira República e o regime de Salazar: Notas de um arquivo”. *Investigação Criminal*. 4:50-69.
- Titscher, S., Meyer, M., Wodak, R., e Vetter, E. 2000. *Methods of Text and Discourse Analysis*. London: SAGE Publications.

Anexos

Anexo 1

Museu de Polícia Judiciária
MPJ

História Oral PJ – Guião Questionário

(com o código de cores e numérico usado na classificação)



Os aposentados da PJ entrevistados responderão apenas às questões que desejarem da lista que se segue. Poderão acrescentar-se outras questões que se tornem interessantes em casos individuais.

1. - Entrar na PJ:

- 1.1. Porquê, quando e em que circunstâncias ingressa?
- 1.2. Descrição de Processos de Selecção e Formação;

2. - Estar na PJ:

- 2.1. Em que Serviços / Departamentos esteve:
 - 2.1.1. De quais gostou mais/menos e porquê; Descrição de casos mais importantes ou singulares;
- 2.2. Metodologias / Técnicas científicas e sistematizadas:
 - 2.2.1. Quando começa a ouvir falar de polícia científica?
 - 2.2.2. Cronologia de: fotos de locais de crime, recolha de impressões digitais e vestígios biológicos, análise de DNA, etc.?
- 2.3. Segurança; Controlo de armas;
 - 2.3.1. Situações de risco: existiram?
 - 2.3.2. Alguma vez teve de disparar?
 - 2.3.3. Treino de tiro
- 2.4. Condições de trabalho: colegas; chefias; equipas; ambiente;
- 2.5. Conciliação com vida familiar (segurança, horários, familiares na polícia?)
- 2.6. Estatuto social; orgulho na profissão;
- 2.7. Quando, como e porquê sai da PJ.

3.- Questões políticas:

3.1.- 25 de Abril

- 3.1.1. Antes do 25: Relacionamento com a PIDE (polícias +ou- próximos da PIDE; existência de “Bufos”)
- 3.1.2. No 25 e depois do 25, o que mudou:
 - 3.1.2.1. Relacionamentos internos e externos
 - 3.1.2.2. Casos
 - 3.1.2.3. Métodos
 - 3.1.2.4. Ambiente
 - 3.1.2.5. Sindicatos

- 3.2. – Pressões (políticas ou outras) externas sobre determinados casos;

4.- Direitos humanos / violência policial.

Anexo 2 - Entrevistados do Projeto de História Oral (ordem em que entraram na PJ)

Nome	Data de Nascimento	Entrada na PJ	Saída da PJ	Secções onde esteve e categorias profissionais	Categoria profissional com que saiu
F. D. B.	20/2/1926	6/5/1951	1975	Agente Auxiliar na 2ª Secção até chegar a Agente de 1ª Classe; 5ª Secção; Secção Central e depois Chefe de Brigada	Chefe de Brigada
E. M. S.	1928	22/5/1951	10/8/1967	1951-1967 – 6ª/7ª Secções; 1965-1967 – 2ª Secção	Agente de 1ª Classe
A. N. S.	30/6/1925	1955	1983	6ª Secção e Secção Central – Brigadas Externas	Subinspetor
F. A. M. C.	2/10/1933	1957	1957	1957 – 1º curso de Dactiloscopia	Agente Dactiloscopista
L. M. J. C.	3/3/1935	3/4/1958 (voltou em 1983)	1961 (saiu, de novo, em 1986)	Arquivo de Registo e Informações (Secção de Lofoscopia) – Agente Dactiloscopista; 1977 – Centro de Investigação e Controlo da Droga; 1983 – Regressa à PJ como Subinspetor; 1986 – Diretor do Serviço de Informações de Segurança	Inspetor-Chefe
F. G. D. S.	19/7/1929	Abril de 1958	Abril de 1988	Agente Auxiliar na Secção Central (Diretoria); Agente de 2ª Classe na 6ª Secção (Subdiretoria de Lisboa); Agente de 2ª e 1ª Classes na 7ª Secção (Subdiretoria de Lisboa); Agente de 1ª Classe na 2ª Secção (Subdiretoria de Lisboa); Agente de 1ª Classe e Subinspetor na Secção Central (Diretoria)	Inspetor (o que hoje seria o Coordenador de Investigação)
F. D. A.	9/7/1930	1958	1990	1958 – Agente Auxiliar; 1959 – Agente de 2ª Classe; 1967 – Agente de 1ª Classe; pós-25 de Abril de 1974 – Subinspetor; Ficou na “disponibilidade” até aos 70 anos e passou a Inspetor-Chefe	Inspetor-Chefe
J. M. A. M.	25/2/1933	1958	1995	3/3/1958 – Corpo de Polícia de Moçambique em Lourenço Marques; Abril de 1958 – Comissariado da Beira; Agosto de 1958 – PIC; 5/1/1959 – Agente de 2ª Classe da PIC, com	Subinspetor

				colocação na Beira; 31/5/1963 – Agente de 1ª Classe na Diretoria de Lourenço Marques; 21/1/1970 – Chefe de Brigada na Inspeção da Beira; 3/3/1970 – Subinspetor interino na Subinspeção de Nampula; Abril de 1971 – 2ª Brigada da Inspeção da Beira; Abril de 1975 – novamente Subinspeção de Nampula; 25/6/1975 – prestação de serviços para a FRELIMO; 6/3/1978 – Já em Portugal, ingressa no Quadro de Supranumerários da PJ; 10/10/1979 – Comissão de serviço na Inspeção do Funchal; Outubro de 1980 – 3ª Brigada da 4ª Secção da Diretoria de Lisboa; 1981/1983 – professor na EPJ; 14/5/1982 – 1ª Brigada da 8ª Secção; 25/7/1983 – 1ª Brigada da 11ª Secção, acumulou a chefia da Secção; 2/4/1986 – Gabinete Nacional da Interpol;	
F. C. N.	3/9/1929	Junho/Julho de 1959	Julho de 1961	Inspetor na 2ª Secção (Subdiretoria de Lisboa)	Inspetor
D. P. C. ²⁵	15/9/1941	1966	1968	Inspetor na 5ª e 7ª Secções	Inspetor
A. J. S.	11/10/1940	1968	1974	4ª Secção (Subdiretoria do Porto)	Inspetor
A. A. P. S. C.	23/4/1949	1973	1977	Coordenador da 3ª Secção	(ilegível)
A. P. R.	26/6/1945	20/5/1974	17/10/2001	1975 – contínuo na Secretaria da Diretoria Geral; 1977 – motorista da Secção de Transportes; Agente Motorista na 2ª Brigada da 2ª Secção, em 1982 da 2ª Brigada da 6ª Secção e na DCCB e na 2ª Brigada da 2ª Secção até se aposentar	Agente Motorista
M. L. T. F.	14/4/1948	2/9/1974	Março de 2006	2ª Secção; 4ª Secção; 7ª Secção; Assessora de Investigação Criminal	Assessora de Investigação Criminal

²⁵ Os dados de D. P. C. constam desta lista, mas a entrevista não foi utilizada no âmbito deste relatório final devido ao facto de estar inaudível.

A. P. M.	18/12/1948	11/11/1974	1978	Inspetor da 3ª Classe; Chefias da 2ª e 3ª Secções	Inspetor
F. S. F.	6/5/1950	1974	1981	1974/1975 – Agente estagiário na 7ª Secção; 1975-1977 – Agente de 3ª Classe na 5ª/6ª Secções; 1977-1979 – Agente de 3ª Classe na 8ª Secção; 1980/1981 – Agente de 3ª Classe na Secção de Paradeiros	Agente de 3ª Classe
S. A. T.	23/6/1949	15/1/1975	30/8/2005	1ª e 2ª Secções	Agente
J. M. M. A.	21/6/1944	1978	1997	Técnico Superior de Criminalística de 2ª Classe, 1ª Classe e Principal no Laboratório de Polícia Científica	Técnico Superior Principal
F. M. N.	(Não mencionou)	Dezembro de 1995	Março de 1998	Diretor Geral	Diretor Geral
J. A. M. S. C.	5/4/1950	Agosto de 2004	Abril de 2006	Diretor Nacional	Diretor Nacional

Nota: Desta lista não consta o nome do Inspetor G. A. porque a ficha com os seus dados estaria extraviada ou não foi preenchida, contudo a sua entrevista foi utilizada no âmbito deste relatório.